

EDNA CRAVID VIANA CONCEIÇÃO

**O EFEITO DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA E DO
ENDIVIDAMENTO EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE**

Lisboa

2013

Mestrado em Gestão Financeira

O Efeito da Dívida Pública Externa e do Endividamento em S. Tomé e Príncipe

Edna Cravid Viana Conceição

Dissertação apresentada no Instituto Superior de Gestão
para Obtenção do Grau de Mestre em Gestão Financeira

Orientador: Eduardo Manuel Machado de Moraes
Sarmiento Ferreira

LISBOA

2013

Resumo

O objetivo desta dissertação é de retratar a problemática da dívida pública externa Santomense bem como seu impacto na economia, considerando assim a caracterização dos sectores de atividade nomeadamente sector agrícola, industrial, comercial e o turismo.

Nota-se que a atividade económica de S. Tomé e Príncipe tem sido dominada pela produção e comercialização de cacau. Apesar destas receitas e dos financiamentos adquiridos, devido à sua ineficiente utilização, o País foi acumulando dívidas avultadas tendo mesmo perdido a capacidade de honrar os seus compromissos face aos credores internacionais.

Os indicadores macroeconómicos apresentam-se deficitários ao longo do período em análise, o que é uma consequência da crise da dívida que tem bloqueado o crescimento do país e aumentando os volumes de pobreza.

Neste contexto esta dissertação procura identificar as razões do aumento de endividamento externo e o efeito dessa dívida no país através da análise dos indicadores macroeconómicos, da relação entre o endividamento e o desenvolvimento, da análise das medidas e programas patrocinadas pelas instituições internacionais e ainda o papel de gestão na dívida e o impacto da Iniciativa HIPC em S. Tomé e Príncipe.

Palavras-chave: Dívida pública externa, Economia, S. Tomé e Príncipe

Abstract

The aim of this dissertation is to present the Santomean external public debt and consequently its impact in the economy, taking in account the general profile of the various economic sectors, namely agriculture, industry, trade and tourism.

Basically cocoa has been the cash crop for the Sao Tome and Principe what makes it the main economic activity.

Despite the revenues and external financing along the years, the country due to inefficient policies has been unable to avoid huge debt and having reached a point that could not honour its financial engagements before international creditors.

The macroeconomic indicators has been showing deficit along this period of analysis, what is the result of debt crisis having as consequence slow growth of the country and substantial increase of poverty level.

In this regard this dissertation seeks to identify the causes behind the gross external debt of the country and its direct effects through the analysis of macroeconomic indicators, the relationship between indebtment and development, analysis of policies and programmes supported by international organizations and of course the management of the debt and the impact of HIPC in Sao Tome and Principe as well.

Key words: External Public Debt Economy Sao Tome and Principe

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradecer a minha Mãe pela partilha das dificuldades, apoio, hospitalidade, sem ela não seria possível.

Ao meu Pai um especial agradecimento que sempre esteve comigo durante o meu percurso académico e por ter acreditado em mim. Muito obrigada Pai por eu ser o que sou hoje, aos meus irmãos: Gisela e Filipe pelo apoio.

Ao meu orientador Eduardo Manuel Machado de Moraes Sarmiento Ferreira pela força da não desistência, pela estruturação e conteúdo da dissertação, pela ajuda, empenho e disponibilidade sempre que preciso.

À direção do ISG: Professor Jorge Romero e especialmente a Dr.^a Conceição pelo acolhimento.

Aos colegas do mestrado: Kifuba, Hermenegildo, Cátia, Estanislau pela força, momentos divertidos e especialmente a Eugénia (Jeny) que partilhou dificuldades, emoções, ajuda e incentivo.

Não posso deixar de agradecer à Dr.^a Santa Tebus, ao Kabé Costa pela disponibilização de informações, consulta de documentos e acima de tudo pelo tempo prestado.

Lista de Abreviaturas

ASD - Análise da Sustentabilidade da Dívida

BAD - Banco Africano Desenvolvimento

BEI - Banco Europeu de Investimento

BADEA - Banco Árabe Desenvolvimento Europeu em África

DRI - Debt Relief International

EMAE - Empresa de água e eletricidade de STP

ENCO - Empresa Fornecedora de Combustível

FAD – Fundo Africano para Desenvolvimento

FIDA – Fundo Internacional para Desenvolvimento Agrícola

INE STP - Instituto Nacional Estatística de S. Tomé e Príncipe

IDA - Associação Internacional Desenvolvimento

IBW – Instituições de Bretton Woods

OPEC - Organização Países Exportadores de Petróleo

PIP - Programa para Investimento Público

PAE - Programa de Ajustamento Estrutural

PPME - Países Pobres Muito Endividados

PRGF - Facilidade Redução de Pobreza e Desenvolvimento

QSD – Quadro de Sustentabilidade da Dívida

MDRI - Iniciativa de alívio da Dívida Multilateral

STP - S. Tomé e Príncipe

Índice

Resumo	ii
Abstract	iii
Agradecimentos	iv
Lista de Abreviaturas.....	v
Índice de Gráficos	viii
Índice de Quadros	ix
1. Introdução	1
1.1 Motivação.....	2
1.2 Definição do problema	3
1.3 Objetivo da dissertação.....	3
1.4 Metodologia de trabalho.....	4
2. Caracterização Económica e Social de S. Tomé e Príncipe.....	5
2.1 Agricultura.....	5
2.2 Indústria	7
2.3 Comércio.....	8
2.4 Turismo	11
3.1 Evolução histórica do endividamento em S. Tomé e Príncipe	12
3.2 Composição da dívida por credores.....	16
3.3 Desembolso do capital durante o período 2000-2010.....	19
3.4 Serviço da dívida pago de 2000 a 2010	20
4.1 Execução orçamental.....	22
4.2 Balança de Pagamentos	23
4.3 Análise do comportamento Económico	24
5. Razões do endividamento externo, sua relação com desenvolvimento e impacto nas economias	26
5.1 Pesquisa de Fatores do Endividamento Externo	26
5.2 Relação entre Endividamento e Desenvolvimento.....	28
5.3 Impacto do endividamento externo caso de S.Tomé e Príncipe	30
5.3.1 Nas Economias.....	30
5.3.2 Na população.....	32
5.3.3 Papel de gestão na dívida externa Santomense	34
6. Medidas e programas globais patrocinados pelas instituições internacionais em S. Tomé e Príncipe	36

6.1 Programa de Ajustamento Estrutural	36
6.2 HIPC- Iniciativa Países Pobres Altamente Endividados.....	39
6.2.1 Análise da sustentabilidade da dívida.....	42
6.3 Processo do perdão da dívida em S. Tomé e Príncipe	44
6.3.1 Montante do alívio no âmbito da Iniciativa HIPC para S.Tomé e Príncipe.	45
6.3.2 Estrutura do stock da dívida externa Santomense “antes e depois da Iniciativa HIPC”	48
6.3.3 MDRI – Iniciativa de alívio da dívida multilateral.....	49
6.3.4 Impacto da assistência da Iniciativa HIPC em S.Tomé e Príncipe	50
6.4 Risco de sobre-endividamento em S. Tomé e Príncipe	51
7. Conclusões e recomendações	53
7.1 Conclusões	53
7.2 Recomendações e linhas de investigação futura	54
Bibliografia.....	56
Net grafia.....	57

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 – EXPORTAÇÕES DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS EM TONELADAS	10
GRÁFICO 2 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DOS PRODUTOS	11
GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DO STOCK DA DÍVIDA EXTERNA (MILHÕES DE DÓLARES).....	15
GRÁFICO 4 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DÍVIDA EXTERNA POR CREDORES DE 2000- 2010.....	17
GRÁFICO 5 – DÍVIDAS MULTILATERAIS VS. DÍVIDAS BILATERAIS EM MILHÕES DE DÓLARES..	18
GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA VERSUS PIB E EXPORTAÇÕES (MILHÕES DE USD).....	30
GRÁFICO 7 – PERÍODO ANTES DO HIPC 2007.....	48
GRÁFICO 8 – PERÍODO PÓS HIPC 2010	49

Índice de Quadros

QUADRO 1 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA (TONELADAS)	6
QUADRO 2 – EMPRESAS PÚBLICAS INDUSTRIAIS NA DÉCADA SETENTA	7
QUADRO 3 – EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS (TONELADAS).....	8
QUADRO 4 – EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE PRODUTOS	9
QUADRO 5 – EVOLUÇÃO STOCK DA DÍVIDA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE (MILHÕES DE USD).....	14
QUADRO 6 – DÍVIDAS POR CREDORES (MILHÕES DE DÓLARES)	16
QUADRO 7 – DESEMBOLSO DURANTE PERÍODO 2000-2010 (MILHÕES DE DÓLARES)	19
QUADRO 8 – SERVIÇO DA DÍVIDA PAGO EM MILHÕES DE DÓLARES	20
QUADRO 9 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM PERCENTAGEM DO PIB	22
QUADRO 10 – EVOLUÇÃO DA BALANÇA DE PAGAMENTOS (MILHÕES DE DÓLARES).....	23
QUADRO 11 – EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO EM PERCENTAGEM DO PIB	24
QUADRO 12 – RÁCIO DA DÍVIDA/PIB (MILHÕES DE DÓLARES)	32
QUADRO 13 – LISTA DE PAÍSES QUE SE QUALIFICARAM COMO ELEGÍVEL PARA RECEBER ASSISTÊNCIA INICIATIVA HIPC EM FINAIS DE JULHO 2006	41
QUADRO 14- INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DE DÍVIDA PPME	43
QUADRO 15 – INDICADORES E LIMIARES QSD PARA SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA	44
QUADRO 16 – REPARTIÇÃO DE ALÍVIO POR CREDORES – VA/EXP	46
QUADRO 17 – REPARTIÇÃO DO ALÍVIO POR CREDORES - VA/RO	47

1. Introdução

Um dos grandes problemas que tem geralmente afetado o crescimento económico dos países subdesenvolvidos é o aumento do endividamento externo.

É sabido que sobretudo para os Países Pobres Muito Endividados (PPME) e para os países de baixos rendimentos, a assistência externa (essencialmente composta por donativos e empréstimos concessionados de fontes bilaterais e multilaterais tem assumido um papel fundamental (Johnson A. *et al*, 2004).

Nesse contexto, esta dissertação procura identificar e compreender a problemática do endividamento externo, nomeadamente, a influência dessa dívida no desenvolvimento económico e analisar as medidas de instituições financeiras globais (FMI, BM) como possível paradigma de orientação para se atingir um melhor nível de evolução económica e para se obter uma melhor gestão do endividamento.

Todavia, a finalidade desta dissertação não passa apenas pela identificação da problemática do endividamento mas, também, pela inclusão da abordagem do Programa de Ajustamento Estrutural, enquanto medida que possa contribuir para o desenvolvimento económico dos Países subdesenvolvidos, em particular de S.Tomé e Príncipe, e por conseguinte, induzir o desbloqueamento do investimento entre outros aspetos complementares.

1.1 Motivação

O aumento da dívida externa dos países subdesenvolvidos tornou-se, desde o fim da colonização, um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento para o qual ainda não se vislumbra uma solução definitiva.

Por isso, este tema é de relevância significativa para a pesquisa não só sobre as causas do endividamento, como na busca de potenciais soluções para este problema.

No caso de S. Tomé e Príncipe, após 1975, este País optou por uma economia de planificação centralizada como forma de desenvolver as atividades económicas. Este modelo de desenvolvimento económico conjugado com falta de experiência de gestão levantou sérios problemas à economia Santomense, culminando em 1987, com a assinatura do primeiro programa de ajustamento estrutural (Gabinete da Dívida Externa Santomense, 2011).

Entre 1988-1997, devido ao crescimento das necessidades de financiamento, o País foi-se acumulando de forma acelerada, dívidas externas avultadas, em relação às quais, devido à ineficiência na utilização dos recursos, foi incapaz de honrar os compromissos, em tempo adequado.

Dada a dimensão e a localização do País, assim como a complexidade do assunto, poucos têm sido os esforços de pesquisa sobre este assunto em S. Tomé e Príncipe, contudo, não deixa de ser um tema urgente e importante para o País e para os conhecimentos nesta área específica. Pela importância do tema, optei pela pesquisa que se apresenta.

1.2 Definição do problema

A problemática que se pretende estudar poderá ser analisada segundo diferentes perspetivas, já que se trata de um tema vasto.

Assim, a problemática a investigar propõe-se responder às seguintes questões:

- Razões que levam ao aumento do endividamento externo dos países subdesenvolvidos, particularmente, S.Tomé e Príncipe;
- Até que ponto a iniciativa HIPC foi benéfica ou desvantajosa para S. Tomé e Príncipe;
- Qual é o efeito do endividamento ao nível económico e social de S. Tomé e Príncipe.
- Qual é o papel da gestão no controlo do endividamento externo em São Tomé e Príncipe.

1.3 Objetivo da dissertação

Desta forma, perante a problemática anterior, este trabalho tem como principal finalidade abordar a problemática do aumento da dívida externa em S. Tomé e Príncipe, analisar os fatores que suscitam o agravamento desse endividamento e encontrar formas de inverter a sua tendência crescente, nomeadamente quanto aos encargos financeiros.

Neste contexto, serão analisadas as consequências do endividamento externo para a economia Santomense, o seu impacto social, medidas e programas estrutural a serem estudadas.

1.4 Metodologia de trabalho

A pesquisa do presente trabalho, é eminentemente de carácter qualitativa uma vez que pretende levantar e analisar os dados estatísticos e as informações existentes que podem ser relevantes na interpretação da problemática do endividamento público externo dos países subdesenvolvidos no caso particular de S.Tomé e Príncipe.

Quanto ao procedimento, a pesquisa bibliográfica recorreu ao uso de livros, artigos, *sites* da internet, teses, dissertações e jornais pois, pretende estudar a evolução histórica do endividamento da África Subsaariana no caso particular de S.Tomé e Príncipe.

A pesquisa é qualitativa e descritiva por tentar descrever ou explicar questões do endividamento público externo (Silva *et al*, 2005). Neste contexto a pesquisadora irá estudar as razões do aumento do endividamento externo, breve caracterização de S.Tomé e Príncipe, abordagem da Iniciativa HIPC bem como seu impacto no volume da dívida em efeito da dívida nas economias, medidas patrocinadas pelas instituições financeiras. Para o efeito a pesquisadora irá optar pela fonte secundárias como estratégia da pesquisa de modo a recolher dados.

2. Caracterização Económica e Social de S. Tomé e Príncipe

Neste ponto procura-se apresentar de uma forma descritiva as características dos setores das atividades económicas Santomense e a sua evolução ao longo do período, o efeito na balança comercial bem como seu contributo para a economia.

2.1 Agricultura

São Tomé e Príncipe possui um clima equatorial composto por duas estações: a seca, também chamada de “gravana” e a chuvosa ou estação húmida (Cardoso, 2007, p.274).

A estrutura agrícola de S. Tomé e Príncipe é dominada pela produção e comercialização de cacau que representa mais de 90% das exportações agrícolas, café, plantação de açúcar, algodão, fruta-pão. S.Tomé foi durante muitos anos o maior exportador mundial do cacau, em que a base do sustento da população provinha da agricultura. (Caixa Geral Depósitos, 2006).

Em 1889, a produção de café atingiu 2400 toneladas, a exportação de cacau em 1913 atingiu o máximo de 36500 toneladas, entre outras tentativas de introdução de novas culturas, verificasse a de baunilha, borracha, caneleira, pimenteira e planta de chá (Caixa Geral Depósitos, 2006).

Nas roças praticava-se a monocultura para exportação e uma agricultura de subsistência em complementaridade com a criação de animais para consumo diário (Caixa Geral Depósito, 2006).

Após 1975, com a saída da administração portuguesa especializada nas plantações e o repatriamento dos trabalhadores rurais contratados, a economia Santomense enfraqueceu (Caixa Geral Depósitos, 2006).

Depois da independência em 1975, assistiu-se a uma profunda reforma agrária que basicamente consistiu na nacionalização das roças (Santo, 2008).

A reforma agrária tinha como objetivo principal:

- Conduzir a uma nova distribuição de terra, melhorar a organização das explorações agrárias
- Absorver mão-de-obra excedentária
- Conduzir aumento da produção e melhorar nível de vida dos trabalhadores.

- Diversificação da agricultura de subsistência e em simultâneo reduzir a importação de género alimentício

Entre os anos 1985 e 1990, não houve retoma na atividade agrícola, muitos trabalhadores não quiseram trabalhar como empregados das exportações isto porque, para além das privações dos salários, os trabalhadores e as suas famílias viram-se privados de conjunto de bens e serviços antes colocados a sua disposição como: cuidados médicos, medicamentos, alimentação, cantinas, hospitais, centro de saúde e escolas deixaram de funcionar por falta de meios materiais e humanos (Santo, 2008).

Todavia, esta reforma não teve resultados práticos uma vez que os trabalhadores rurais contratados deixaram o sistema produtivo. Além disso, assistiu-se à recusa dos forros em aderirem ao trabalho rural nas grandes plantações o que conduziu a uma diminuição da produção. É de realçar que esta recusa se deveu ao facto aos maus tratos de que eram vítimas e a luta pela posse de terra (Santo, 2008).

Quadro 1 – Produção agrícola (Toneladas)

Produção/Ano	1975	1996	1997	1998	1999	2000	Total	TOTAL %
Cacau	5.800	3.500	3.138	3.928	3.898	3.768	24.032	68%
Café	64	20	45	36	18	12	195	1%
Copra	3.140	507	433	162	190	882	5.314	15%
Óleo de Palma	850	1.179	1.183	980	915	446	5.553	16%
Total	9.854	5.206	4.799	5.106	5.021	5.108	35.094	100%

Fonte: Caixa Geral Depósitos, 2006

Podemos constatar que, após 1975 a produção agrícola baixou, sobretudo o cacau que representava 68% da produção e a base da economia de S.Tomé baixou, isso devido a degradação do sistema de rega, de drenagem e de secagem, os solos não eram fertilizados. Esta baixa produção agrícola levou o país a estar muito dependente do exterior e consequentemente o agravamento da dívida.

De 1999 a 2000 a produção e exportação de copra aumentou significativamente, cerca de 22%.

Ainda assim, este aumento não foi sustentável para suprir esta crise agrária, pois, com a recusa de mão-de-obra nas plantações, as roças nacionalizadas passaram a ser geridas por enfermeiros, motoristas, funcionários públicos sem qualificação técnica na agricultura.

2.2 Indústria

As principais indústrias existentes em S. Tomé estão essencialmente ligadas às de produção de aguardente de cana, de óleo de palma e de sabão (Caixa Geral Depósitos, 2006).

A produção de aguardente foi a primeira atividade industrial das ilhas, o óleo da palma foi produzido na maioria das roças e era destinado a produção de sabão.

Quadro 2 – Empresas Públicas

Sectores Industriais	Actividades
Empresa de Água e Eletricidade	Fornecimento de Energia
Empresa de Artes Gráficas	Disponibiliza serviços na área de impressos
Empresa de Pesca	Ligada a transformação do pescado
Empresa de Cerâmica	Fábrica de imobiliária e serrações
Empresa de transformação de carne	Transformação de carne
Emolve	Transformação de óleo de Palma
Rosema	Fábrica de cerveja
Fabrica de chocolate	Transformação de Cacau em chocolate
Construção Naval	Estaleiro de construção e reparação de barcos

Fonte: Santo, 2008

Na década de setenta, foram aparecendo outras empresas industriais importantes para a economia do País nomeadamente, a EMAE responsável pela produção de energia e a Emolve que permite a transformação de óleo de palma tanto para exportação como para o consumo doméstico e ainda produção de sabão.

No que se refere à área empresarial temos a empresa de cerâmica. Foi a primeira a surgir no país e naquela altura com grandes projetos de recuperação, manutenção e construções de móveis estimulou o seu desenvolvimento.

Existem outras empresas industriais, nomeadamente as empresas do setor alimentar: Rosema e Marapá que se dedica à transformação de bebidas e pescado.

2.3 Comércio

Quadro 3 – Exportações dos principais produtos (Toneladas)

Produtos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	%
Cacau	3.845,2	2.603,1	3.274,6	3.356,1	2.524,0	2.424,0	2.520,3	2.255,9	2.709,6	80,3%
Café	14,1	11,1	4,1			0,5	0,1	3,3	1,1	0,1%
Coco	676,4	491,2	484,2	366,8	739,0	719,0	309,2	278,7	276,4	13,7%
Óleo de Palma	4,8	20,0		20,0			21,0	10,2	10,6	0,3%
Óleo de Coco	600,0	345,0	239,0	140,0	160,0	160,0	40,0	82,0	35,0	5,7%

Fonte: Instituto Nacional Estatística STP, 2013

Relativamente às exportações dos produtos agrícolas é de assinalar a sua grande oscilação ao longo do período em análise.

A exportação do cacau baixou de 3.845,2 toneladas para 2.709,6 toneladas, isso devido a fraca produtividade agrícola. Essa fraca produtividade deve-se ao facto do descontentamento dos trabalhadores rurais, pois além dos seus salários serem muito reduzidos ainda eram frequentemente pagos com muitos atrasos. Consequentemente assistia-se à recusa dos contratados e dos seus descendentes em trabalhar nas roças.

A exportação do café baixou consideravelmente chegando mesmo atingir o volume de 1,1 toneladas em 2008. O coco apesar da volatilidade recuperou em 2004 com 739 toneladas. Todavia, nos anos seguintes houve uma nova quebra.

Quadro 4 – Evolução das exportações e importações de produtos

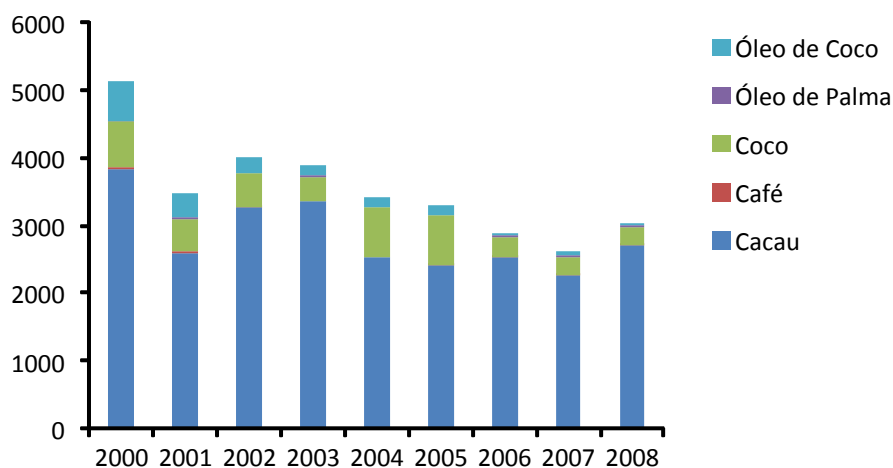
Anos	Toneladas		Mil Dobras	
	Exportação	Importação	Exportação	Importação
2000	5.726,9	80.016,0	21.474.531, 3	236.951.929,5
2001	3.947,3	62.864,4	23.267.418, 4	253.578.527,3
2002	4.309,3	62.029,4	45.348.617, 2	282.672.490,1
2003	4.403,2	66.289,1	61.958.132, 3	381.661.814,0
2004	3.645,1	66.758,1	35.161.607, 7	410.032.542,9
2005	3.563,3	73.032,0	35.950.382, 2	524.680.668,4
2006	3.126,4	90.017,0	48.624.093, 3	884.550.077,5
2007	3.564,1	91.027,7	53.343.882, 1	1.076.985.500,2
2008	3.840,2	93.903,0	82.897.390, 7	1.677.168.421, 8
Total	36.125,8	685.936,7	408.026.055,3	5.728.281.971,7

Fonte: Instituto Nacional Estatística STP, 2013

Considerando o período de 2000 a 2008 podemos verificar que as importações estão muito acima das exportações o que nos leva a dizer que estamos perante uma economia que apresenta um défice da balança comercial. Entre 2000 a 2004 as importações diminuíram de 80.016 para 66.758,1 sobretudo nos bens alimentícios, no ano 2002, com um peso de 9% registou o montante mais baixo de importações durante todo o período.

Podemos considerar que, uma das razões desta diminuição se prende com a reforma agrária que consistia na nova distribuição de terra, à absorção de mão-de-obra desempregada, à diversificação da agricultura de subsistência.

Gráfico 1 – Exportações dos produtos agrícolas em toneladas



Fonte: Instituto Nacional Estatística STP, 2013

Conforme o gráfico1, verifica-se que a maior parte das exportações dos produtos agrícolas resulta do cacau. Este produto chega mesmo a deter um peso na ordem dos 80,3% ao longo dos anos. O mesmo não se passa com a produção do café e óleo de palma que chegam a atingir valores quase nulos. Pese embora o cacau ser um dos produtos mais exportados verifica-se uma quebra, sobretudo em 2007, com um montante de 2.255,9 toneladas. Tal facto pode ser explicado pelo deficiente tratamento do cacau, falta de fertilização do solo, baixa do preço do cacau no mercado internacional como consequência do surgimento da concorrência. Esta situação levou a que se assistisse a uma progressiva deterioração da balança de pagamentos com o inevitável endividamento do País.

Gráfico 2 – Exportações e importações dos produtos



Fonte: Instituto Nacional Estatística STP, 2013

A leitura do gráfico acima mostra claramente o quanto S.Tomé depende muito do exterior pela fraca capacidade produtiva do País, uma vez que as importações apresentam um peso de 95% perante as exportações que apresente apenas uma percentagem de apenas 5%. O País importa grande parte dos bens alimentares, combustível, bebidas, materiais de construções.

Não obstante o crescimento das exportações entre 2006 a 2008 de 3.126,4 para 3.840,2 toneladas, este comportamento não foi suficiente para suprir as importações e naturalmente reduzir o crónico défice da balança comercial. Assim sendo, S.Tomé e Príncipe viu-se na necessidade de contrair cada vez mais empréstimos.

2.4 Turismo

Embora o turismo apareça como uma atividade promissora, ele ainda se encontra numa fase muito embrionária e a exigir muitos investimentos. De qualquer das formas, pode-se desde já salientar que o país dispõe de uma grande beleza das paisagens, uma floresta tropical preservada, a existência de várias espécies de aves, praias, segurança e tranquilidade. Tudo isto torna S.Tomé e Príncipe um país com grandes potencialidades turísticas que se devidamente gerido poderá aparecer como uma alternativa de desenvolvimento (Caixa Geral Depósito, 2006).

3. Caracterização do endividamento externo em S. Tomé e Príncipe

O Estado no exercício das suas funções tem naturalmente necessidades de financiamentos e de assegurar as suas obrigações. Neste contexto, ele pode se necessário, financiar as suas atividades por meio de empréstimos. (Abel, 2010).

Os empréstimos públicos são passíveis de várias classificações conforme se atenda à sua duração ou, ao lugar onde são emitidos. Assim, se os empréstimos são emitidos no país, deles resultará uma dívida interna. Se os empréstimos são assegurados no estrangeiro, deles resultará uma dívida externa (Domingos, 1992).

A principal relevância desta distinção encontra-se nas moedas de financiamento e correspondentes consequências em termos da balança de pagamento ligadas à capacidade para gerar receitas, nessas moedas, em montante suficiente para cumprir com as obrigações (Abel, 2010).

Não é indiferente que os empréstimos sejam externos ou internos. Tratando-se de dívida interna, os respectivos encargos são satisfeitos em moedas nacionais, enquanto os encargos com dívida externa são sobretudo satisfeitos em divisa ou em ouro.

Além disso, os empréstimos externos refletem-se negativamente na balança de pagamentos, provocando ou agravando o seu déficit e aumentando as dificuldades dos países devedores em solver os seus compromissos com exterior (Domingos, 1992).

3.1 Evolução histórica do endividamento em S. Tomé e Príncipe

A questão do pagamento da dívida externa acumulada começou verdadeiramente a tomar uma dimensão notável depois da independência. Foi neste período que a questão do pagamento da dívida externa começou a tornar-se um problema importante, irresolúvel no quadro então vigente e que tem levado a que quer devedores quer credores, procurem encontrar uma solução que satisfaça todas as partes interessadas.

Segundo a DRI (2005), a dívida pública externa constituiu aproximadamente 624% PIB em 2002. S. Tomé e Príncipe é um dos países mais endividados do mundo, cuja dívida externa constitui um verdadeiro obstáculo ao processo de desenvolvimento.

Na década de noventa, a dívida pública externa conheceu um ritmo crescente, oscilando entre 172 e 294 milhões de dólares, provocado pelo desembolso para programa de investimento público (PIP) e apoio a balança de pagamento (DRI, 2005).

Apesar deste financiamento, devido à ineficiência na utilização dos recursos, a falta de liquidez quer seja pela incapacidade de gerar receitas correntes, quer seja pelo esgotamento das suas reservas internacionais, o país perdeu a capacidade de honrar os seus compromissos internacionais em matéria do serviço da dívida e consequentemente a dívida tornou-se insustentável para o nosso país (Torres, 2011).

Quadro 5 – Evolução stock da dívida de S. Tomé e Príncipe (milhões de USD)

Credores	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
TOTAL	291,6	293,8	289,2	311,1	363,0	370,5	359,5	150,0	110,0	136,0	156,5
Multilateral	168,1	170,3	169,0	192,9	217,6	219,2	210,5	35,9	30,6	37,0	38,0
BAD/FAD	85,3	82,3	82,7	92,33	107,5	107,6	99,4	2,2	2,2	2,2	3,2
IDA	59,2	62,7	62,0	71,41	77,3	78,4	82,7	9,7	9,7	13,7	13,4
FIDA	7,1	6,2	6,1	7,51	8,8	9,3	8,8	10,2	3,9	5,7	6,5
OPEC	4,4	5,8	5,8	8,70	8,1	7,5	7,0	6,2	5,7	4,7	4,0
BEI	3,5	4,2	4,0	4,96	8,5	9,0	5,5	2,6	2,4	2,1	1,4
BADEA	7,4	6,7	6,0	5,18	4,4	3,8	3,1	2,5	2,9	4,2	5,1
FMI	1,2	2,4	2,4	2,81	3,0	3,6	4,1	2,4	3,7	4,4	4,4
Bilateral	123,5	123,5	120,2	118,1	145,4	151,4	149,0	114,1	79,4	89,0	108,5
Clube de Paris	34,3	34,3	27,0	19,6	28,3	32,6	19,6	0,0	0,0	0,2	0,9
ALEMANHA	13,3	13,3	13,7	4,49	8,3	10,7	5,9	0,0	0,0	0,0	0,0
BELGICA	0,9	0,9	0,9	1,06	1,2	1,2	0,8	0,0	0,0	0,2	0,9
ESPAÑA	3,3	3,3	3,4	3,72	5,2	5,9	3,3	0,0	0,0	0,0	0,0
FRANÇA	5,6	5,6	5,6	6,82	10,0	10,7	6,3	0,0	0,0	0,0	0,0
RUSSIA	11,2	11,2	3,4	3,49	3,6	4,0	3,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Não Clube de Paris	89,2	89,2	93,2	98,6	117,1	118,8	129,3	114,1	79,4	88,8	107,6
PORTUGAL	29,1	29,1	29,1	28,26	32,8	34,4	35,4	34,8	0,0	0,4	13,1
ANGOLA	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0
ARGELIA	1,3	1,3	1,3	1,23	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	3,1
CHINA	15,0	15,0	15,6	16,77	16,8	16,8	16,9	17,3	17,3	17,1	17,0
CABO VERDE	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
JUGUSLAVIA	3,8	3,8	3,8	3,76	4,8	4,8	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8
Div. Comercial	18,0	18,0	21,4	21,6	23,5	23,5	26,6	26,6	26,6	25,8	25,8
ITALIA	18,0	18,0	21,4	21,55	23,5	23,5	26,6	26,6	26,6	25,8	25,8
Div. Curto Prazo	0,0	0,0	0,0	5,0	16,0	16,1	18,4	3,4	3,4	13,4	17,7
NIGERIA	0,0	0,0	0,0	5,00	15,0	15,0	15,0	0,0	0,0	10,0	10,0
BRASIL	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,3
ANGOLA	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,1	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4

Fonte: Gabinete de Gestão da Dívida STP, 2013

Como se pode verificar no Quadro 5, o stock da dívida externa ao longo do período em análise tem vindo a crescer de forma significativa.

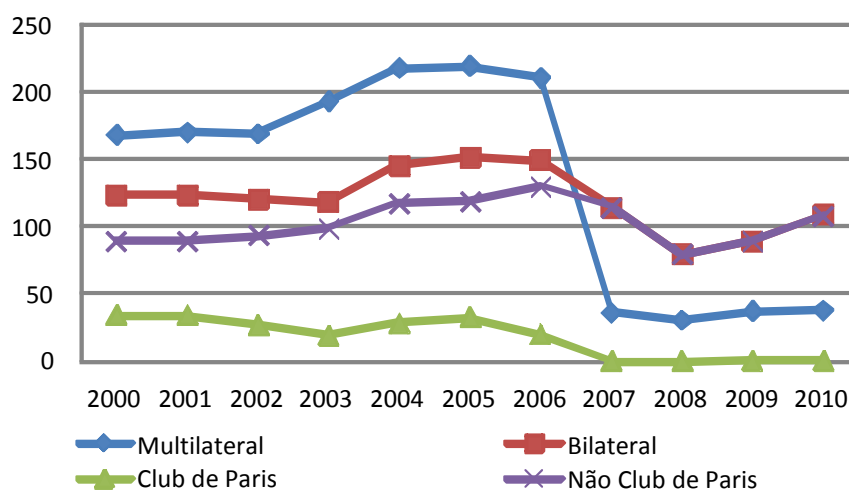
A tendência ao longo dos anos mostra efetivamente o seu crescimento acelerado, apesar de uma quebra significativa em 2007 para 150 milhões de dólares, uma vez que o País beneficiou da iniciativa HIPC.

Em 2005, a dívida atingiu o valor de máximo de 370,9 milhões de dólares, e no ano seguinte baixou em cerca de 41,72%.

Nas dívidas multilaterais, o BAD tem sido ao longo dos anos o maior credor. Em 2004 e 2005, o stock da dívida atingiu o valor máximo 107,5 milhões e 107,6 milhões respetivamente.

O stock da dívida correspondente a não Club de Paris perfila-se superior em relação ao Club de Paris, que apesar de crescente verifica algumas oscilações.

Gráfico 3 – Evolução do stock da dívida externa (milhões de dólares)



Fonte: Gabinete de Gestão da Dívida STP, 2013

Se se visualizar o gráfico 3, verifica-se que entre 2000 e 2006 a dívida externa cresce a um ritmo acelerado. No ano de 2005, registou-se o montante mais elevado da dívida externa no valor de 370,5 milhões de dólares, salvaguardando as diminuições durante o período 2007 a 2010 para 150 milhões de dólares pois, as dívidas foram perdoadas no âmbito da Iniciativa HIPC e as dívidas multilaterais apenas foram perdoadas os desembolsos até 2004. No entanto, depois disso novas dívidas foram contraídas.

3.2 Composição da dívida por credores

Quadro 6 – Dívidas por Credores (milhões de dólares)

Credores	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Multilateral	168, 1	170, 3	169, 0	192, 9	217, 6	219, 2	210, 5	35, 9	30, 6	37, 0	38, 0
Bilateral	122, 9	123, 5	120, 2	118, 1	145, 7	151, 8	149, 0	114, 1	79, 4	99, 0	118, 5
Club de Paris	34, 4	34, 3	27, 0	19, 6	28, 3	32, 6	19, 6	0	0	0, 2	0, 9
Não Club de Paris	89, 0	89, 2	93, 2	98, 6	117, 1	118, 8	129, 3	114, 1	79, 4	98, 8	117, 6
Total	291, 0	293, 8	289, 2	311, 1	363, 4	370, 9	359, 5	150, 0	110, 0	136, 0	156, 5

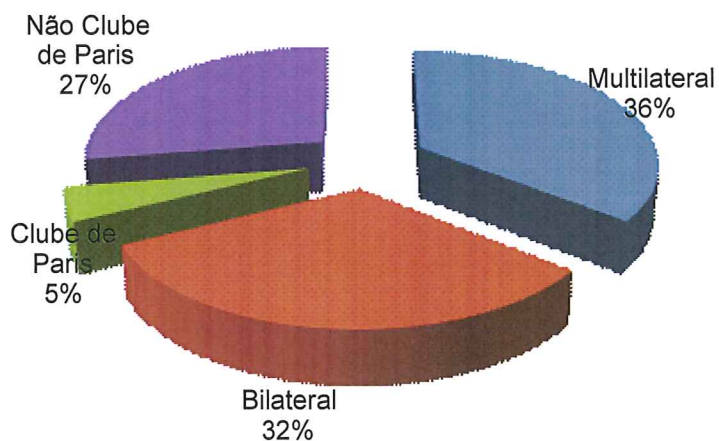
Fonte: Gabinete de Gestão da Dívida STP, 2013

A estrutura da dívida pública externa Santomense é composta por credores multilaterais e credores bilaterais. Verifica-se que até ao ano de 2006 os principais credores são os multilaterais, enquanto a partir de 2007 se assiste a um aumento do peso dos credores bilaterais (DRI, 2005).

Fazem parte dos credores Multilaterais o Banco Africano Desenvolvimento (BAD), a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), o Fundo internacional Desenvolvimento Agrícola (FIDA), a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEC), o Banco Europeu de Investimento (BEI), o Banco Árabe para Desenvolvimento Económico em África (BADEA) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os credores bilaterais por sua vez são compostos pelo Clube de Paris e Não Clube de Paris.

Gráfico 4 – Distribuição Percentual da dívida externa por credores de 2000-2010



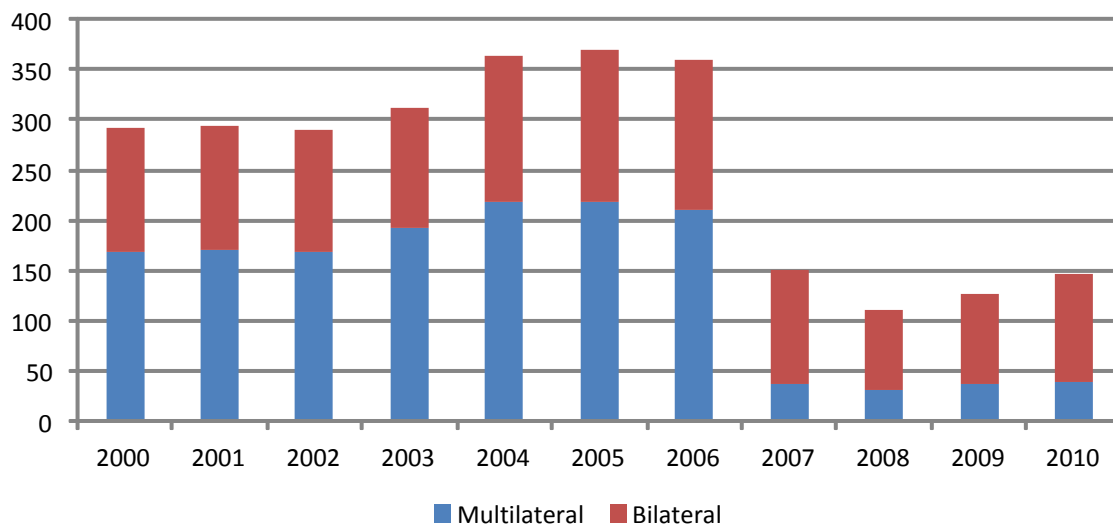
Fonte: Gabinete de Gestão da Dívida STP, 2013

No gráfico acima, verifica-se o perfil da distribuição percentual da dívida por credores no período compreendido entre 2000 e 2010. Verifica-se que S. Tomé e Príncipe está a ser maioritariamente financiado pelo credor multilateral com uma percentagem de 36%, os bilaterais com uma percentagem de 32%, que ao longo dos anos foram abrando no âmbito das negociações, atingindo em 2008 os 79,35 milhões de dólares.

De salientar que as dívidas dos credores Não Clube de Paris registam um maior peso, patente nos 27% relativamente ao Clube de Paris com 5%.

Dentro dos credores de Não Clube de Paris os países mais participativos são Portugal com um montante de 266,3 milhões de dólares e Angola com 242 milhões de dólares ao longo dos anos.

Gráfico 5 – Dívidas Multilaterais vs. Dívidas Bilaterais em milhões de dólares



Fonte: Gabinete de Gestão da Dívida STP, 2013

Conforme é visível no gráfico anterior, podemos verificar que até 2006, as dívidas são maioritariamente multilaterais face às bilaterais isto porque, as dívidas multilaterais são dívidas concessionais com menos encargos para financiamento dos investimentos o que não acontece com as bilaterais excepto as direccionadas para ajuda pública ao desenvolvimento. No entanto, a partir de 2007 a situação inverte-se pois, as bilaterais ganham terreno.

3.3 Desembolso do capital durante o período 2000-2010

Neste ponto faz-se referência sobre o desembolso do capital para financiamento de projetos em diversas áreas, tomando em consideração o quadro que se segue

Quadro 7 – Desembolso durante período 2000-2010 (milhões de dólares)

Anos	Multilateral	Bilateral	Club de Paris	Não Club Paris
2000	10.133.305,53	0,00	0,00	0,00
2001	7.827.138,67	0,00	0,00	0,00
2002	1.926.164,34	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00
2003	6.741.992,85	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00
2004	10.945.376,26	6.000.000,00	0,00	6.000.000,00
2005	5.879.603,14	0,00	0,00	0,00
2006	3.797.104,56	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00
2007	4.755.052,70	0,00	0,00	0,00
2008	4.735.826,68	0,00	0,00	0,00
2009	3.204.957,87	25.616.746,75	616.746,75	25.000.000,00
2010	7.273.715,20	14.726.218,39	14.726.218,39	0,00

Fonte: Gabinete de Gestão da Dívida STP, 2013

Os dados disponíveis em relação ao desembolso confirmam que o montante desembolsado em 2004 foi de 10.945.376,26 milhões de dólares, tendo sido o montante superior em relação aos outros anos.

De referir que grande parte deste desembolso provém de credores multilaterais, sobretudo do IDA com um peso de 27%, isto é, cerca de 18.370.404,40 milhões de dólares; BAD com uma percentagem de 20% ou seja 13.682.890,03 milhões de dólares e FMI este desembolso foi de 11.306.631,33 milhões de dólares.

Ao longo do período a FIDA desembolsou cerca de 6.496.208,66 milhões de dólares para financiar projetos agrícolas e pesca artesanal.

Relativamente ao desembolso bilateral, destaca-se Portugal com um montante de 14.490.306,62 milhões de dólares e a Bélgica cujo montante não ultrapassou os 852.658,52 mil dólares. De entre os países que não pertencem Club de Paris, evidencia-se a Nigéria com um desembolso de 25.000.000 milhões de dólares e Angola com um montante de 15.000.000 milhões de dólares.

3.4 Serviço da dívida pago de 2000 a 2010

A amortização de serviço da dívida é paga por transferência bancária mediante uma data previamente acordada. Na ausência de financiamentos ou donativos os esforços para pagamento advêm das receitas internas que por si só não são suficientes para honrar os compromissos.

Quadro 8 – Serviço da dívida pago em milhões de dólares

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
TOTAL	3,79	2,66	2,19	2,77	3,26	7,01	25,09	3,34	1,91	1,62	1,62
Multilateral	3,55	2,64	2,08	2,52	3,26	6,09	7,05	3,30	1,91	1,62	1,47
BAD/FAD	1,46	0,68	0,44	0,45	0,51	2,06	2,35	0,42	0,06	0,25	0,06
IDA	0,97	0,08	0,08	0,12	0,40	1,82	1,81	0,41	0,05	0,06	0,07
FIDA	0,17	0,21	0,21	0,21	0,28	0,30	0,33	0,16	0,03	0,03	0,04
OPEC	0,20	0,35	0,50	0,95	0,86	0,81	0,70	0,86	0,96	0,87	0,78
BEI	0,24	0,19	0,17	0,03	0,46	0,38	0,61	0,65	0,36	0,30	0,32
BADEA	0,46	1,08	0,74	0,74	0,74	0,68	0,81	0,74	0,38	0,11	0,19
FMI	0,05	0,05	0,06	0,03	0,02	0,04	0,45	0,05	0,06	0,00	0,01
Bilateral	0,25	0,03	0,00	0,00	0,00	0,92	18,04	0,04	0,00	0,00	0,15
Clube de Paris	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,92	1,04	0,04	0,00	0,00	0,15
ALEMANHA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BELGICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,19	0,00	0,00	0,00	0,00
ESPAÑA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,70	0,00	0,00	0,00	0,00
FRANÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,13	0,00	0,00	0,00	0,00
PORTUGAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,15
RUSSIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,20	0,02	0,04	0,00	0,00	0,00
Não Clube de Paris	0,25	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	17,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ANGOLA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ARGELIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CABO VERDE	0,25	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CHINA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BRASIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUGUSLAVIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NIGERIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Gabinete de Gestão da Dívida STP, 2013

Como podemos ver no quadro acima, o serviço da dívida Santomense tem sido paga sobretudo aos credores multilaterais. Em 2005, com um stock de dívida de 219,2 milhões de dólares este pagamento foi de 6.09 (seis milhões e noventa mil dólares) dólares, de igual modo em 2006 o stock da dívida atingiu o valor de 210,5 milhões de dólares e foi possível pagar 7.05 (sete milhões e cinquenta mil dólares).

De realçar que ao nível bilateral as dívidas quase não foram pagas dado que o País não dispõe de condições financeiras suficientes para fazer face às despesas financeiras.

Pese embora as dificuldades, em 2000 S.Tomé pagou cerca de 0,25 (duzentos cinquenta mil dólares), em 2001 pagou 0,03 (trinta mil dólares) e em 2006 pagou o montante mais elevado no valor de 18,04 (dezoito milhões e quarenta mil dólares).

O paradoxo é que, priorizando o pagamento dos serviços da dívida externas, o governo reduz o défice orçamental mas fica comprometido com os programas sociais com vista à redução da pobreza, bem como aos projetos de investimentos públicos responsáveis pelo crescimento económico.

4. Principais Indicadores macroeconómicos de STP

Este capítulo tem como principal objetivo apresentar alguns dos principais indicadores no contexto económico com implicações nas receitas públicas, despesas públicas, balança corrente, balança de pagamento, ter a perceção da evolução dos indicadores como exportações, importações, PIB, e a sua relação com a dívida ao longo do período em análise.

4.1 Execução orçamental

Quadro 9 – Execução orçamental em percentagem do PIB

Execução Orçamental	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Receita Totais	43,8	65	50,5	58,1	59,3	78,6	37,1	160,3	45,5	35,8	40,1
Receitas correntes	20,8	22,7	23,3	25,4	26,2	16,7	21,1	19,1	16,9	16,5	20,0
Donativos	23	42,3	27,2	32,5	30,9	16,5	16	120,1	28,6	19,3	20,1
Bónus petrolíferos	0	0	0	0	0	45,3	0	21,1	0,0	0,0	0,0
Despesas Totais	50,3	53	66,9	75,1	85,6	42,7	51	40	30,6	53,7	50,7
Despesas c/ pessoal	7,8	9,6	9	9,9	12	8,3	8,7	8,9	8,2	7,9	9,3
Juros da dívida externa	6,7	7,6	5,3	4,7	4,8	2,6	3,4	1,3	0,9	0,5	0,4
Investimento	35,8	35,8	28,8	35,8	35,8	15	20	11,4	8,2	32,7	29,1
Saldo global	-25,8	-11,7	-16,4	-17	-26,3	35,9	-13,9	120,3	14,9	-17,9	-10,6

Fonte: Banco de Portugal, 2001, 2003, 2005, 2007, 2009, 2011

Tendo em conta o contexto orçamental para o período em causa, podemos verificar que as despesas são superiores em relação às receitas totais, o que significa que estamos na presença de um défice orçamental. De notar que entre 2002 e 2004 as despesas totais aumentaram até atingir respetivamente 66,9% do PIB e 85,6% do PIB. Esta situação resulta do aumento das despesas com pessoal, juros da dívida, e investimentos na ordem dos 1,25 % do PIB.

Ao longo do período assiste-se a uma tímida tendência crescente das receitas totais, embora em 2007 é de realçar um crescimento vertiginoso de 160,3% do PIB em virtude do perdão da dívida. Além disso, o quadro mostra-nos ainda que, uma boa parte das receitas totais são financiadas pelo donativos, sendo o orçamento de STP financiado em mais de 80% pelo exterior o que torna economia Santomense vulnerável a uma possível crise internacional.

É ainda de realçar que STP além de donativos também recebeu bónus petrolíferos de 45,3% do PIB em 2005 e em 2007 21,1% do PIB.

No que se refere aos juros da dívida, verifica-se que os juros diminuíram ao longo do período, principalmente a partir de 2007, altura em que STP beneficiou do perdão da dívida externa no âmbito da iniciativa HIPC.

De realçar que, as despesas totais são influenciadas pelos investimentos; com percentagem máxima de 35,8% do PIB nos primeiros quatro anos, sendo os sectores mais beneficiados, o sector público, transporte e saúde, educação.

Observando o saldo global, este apresenta-se deficitário, exceto em 2005, altura em que regista 35,9% do PIB pois neste ano o País beneficiou de bónus petrolíferos na ordem de 45,3 % do PIB, 2007 com uma percentagem do 120,3 do PIB e 2008 com 14,9% do PIB.

4.2 Balança de Pagamentos

Quadro 10 – Evolução da Balança de Pagamentos (milhões de dólares)

Rubricas	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Balança Corrente	-27	-27	-26,6	-28,3	-37,7	-36,2	-57,7	-64,3	-93,5	-78,8	-87,6
Balança Comercial	-23,3	-23,3	-22,1	-27	-32,9	-34,8	-51,5	-58,1	-84,3	-74,6	-85,3
Exportação	3,3	3,3	6,2	6,6	5,4	6,8	7,7	6,8	7,8	9,2	10,9
dos quais: Cacau	2,8	2,8	5,6	6,1	3,2	3	2,5	3,5	5	5,4	4,3
Reexportações	0	0	0	0	1,9	3,4	3,9	2,9	2,2	3	5,2
Importação	26,6	26,6	28,2	33,6	38,4	41,6	59,2	64,9	92,2	83,8	96,2
Produtos alimentares+bebidas	6,1	7,9	10,1	12	12,2	14,8	17	17,6	24,2	29	25,5
Bens de investimento	11,4	12,3	11,3	13,4	14	12,7	20,6	25,8	35,3	30	36
Produtos petrolíferos	3,6	2,6	4,3	4,7	7,8	9,8	15	14,6	22,1	14,7	15,2
Balança de Serviços	1,1	-4,7	-3,6	-4,4	-5,9	-1,9	-9,4	-12	-11,8	-8,6	-10,9
Exportação	13,6	7,8	8,6	9,2	9,6	9,2	8,4	6,7	9,7	10,4	10,4
das quais: viagens e turismo	9,3	5,7	6,4	6,8	7,1	7,3	6,5	4,9	7,7	8,3	11,1
Importação	12,5	12,5	12,2	13,6	15,5	11,1	17,8	18,7	21,4	19	24,3
das quais: Fretes	6,4	6,8	6,9	8	9,1	8,7	13,6	13,6	17,3	15,4	19,2
Balança de rendimento	-3,1	-3,1	-3,3	-2,5	-3,1	-2,9	3	4,5	-0,1	-0,3	-0,4
Transferência corrente	4,3	4,2	2,4	5,6	4,2	3,4	0,2	1,2	2,6	4,6	9
Balança de capital e Financeira	18,3	25	23,8	25,1	36,4	29,5	66,6	74,6	125,4	88,4	97,5
Balança de capital	69,1	17,3	14,6	18,7	18	65,6	23,5	225,1	55,8	39,9	41,6
Balança Financeira	-50,8	7,7	9,2	6,4	18,4	-36,2	43,1	-151	69,6	48,5	55,9

Fonte: Banco Central de STP, 2013

Face aos dados apresentados no quadro acima referido, podemos concluir que a balança comercial apresenta-se deficitária, pois ao longo do período as exportações estiveram muito aquém das importações, o que nos leva a dizer que S.Tomé e Príncipe é um país aberto e dependente do exterior sobretudo devido à má gestão da exploração agrícola e ao êxodo da população do meio rural. Estes factos têm afetado negativamente a produção agrícola principalmente a produção de cacau, o

produto que mais pesa na exportação e consequentemente no défice da balança comercial.

Pese embora as importações dos bens de investimento serem superiores aos produtos alimentares, estes valores estão próximos.

As importações de produtos petrolíferos têm registado sempre valores consideráveis.

Por outro lado, a Balança de serviços, também é deficitária. Todavia, em 2000 apresentou um valor positivo de 1,1 milhões de dólares.

A Balança de rendimentos é claramente negativa, embora em 2006 e 2007 tivesse mostrado um tímido crescimento de 3 a 4,5 milhões.

As Transferências correntes, apesar de positiva, apresenta-se um valor reduzido. O seu maior contributo prove da ajuda alimentar e das remessas dos emigrantes.

A Balança de capital revela-se positiva. Em 2007, atingiu o montante de 225,1 milhões de dólares em virtude do perdão da dívida. Os donativos para projetos têm vindo a diminuir como consequência da crise financeira mundial.

Em 2007 a balança de rendimentos, atingiu um montante de 150 milhões de dólares provenientes do perdão de dívida e que se reverteu a favor dos investimentos. O IDE de STP no exterior quase não existe e nos primeiros quatro anos desta análise os seus valores foram nulos.

4.3 Análise do comportamento Económico

Quadro 11 – Evolução do crescimento económico em percentagem do

Indicadores	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB real	3	4	4,1	4	3,8	5,7	6,7	6	5,	4	4,5
Inflação	12,2	5	9,2	9,6	13,9	17,8	23,1	27,6	24,8	16,1	12,9
Dívida externa (%PIB)	648	635,5	359,5	333,5	311,6	289,2	289,9	103,4	60,3	70,3	79,2
População (milhares)	137.000	137.000	137.000	137.000	137.000	137.000	167.000	164.000	164.000	163.000	165.000

Fonte: Banco de Portugal, 2001,2003,2005,2009,2011,2012

A atividade económica de S. Tomé e Príncipe manteve-se robusta no período em análise, pois o PIB real atingiu valores positivos.

Apesar desse comportamento do PIB, este não foi suficiente para suprir as dívidas externas contraídas, que no ano 2000 representaram o montante insustentável de 648% do PIB.

Todavia, nos anos seguintes verifica-se uma queda acentuada para 103,4 % do PIB tendo em conta o perdão da dívida que o país beneficiou. Este facto mostra-nos o quanto STP dependente do exterior, e a sua necessidade de contrair empréstimos para financiar os projetos de investimentos públicos.

A taxa da inflação ao longo do período em análise tem oscilado, tendo registado em 2007 a taxa mais alta com 27,6% como corolário da alta dos preços dos produtos alimentares e de combustível. Em 2010 a inflação desceu para 12,9 %, fruto da paridade cambial estabelecida no âmbito do acordo de cooperação económico entre Portugal e S.Tomé.

O crescimento da população é quase constante. Em 2010 cresce para 165.000 habitantes. O indicador como taxa de mortalidade infantil, número de analfabetos, desemprego, nível de sistema de saúde, distribuição de rendas, sugerem indicadores económicos de subdesenvolvimento ligado ao PNB *per capita* (Elmar Altvater, 1999).

Uma determinada região cuja economia não é capaz de se organizar para produzir os bens e serviços necessários para população de forma sustentável, pode-se considerar como economicamente subdesenvolvido (Vaneeckhaute.H.2005).

5. Razões do endividamento externo, sua relação com desenvolvimento e impacto nas economias

Este capítulo tem como objetivo analisar as razões que levaram muitas economias a uma situação de endividamento bem como o seu impacto das mesmas.

5.1 Pesquisa de Fatores do Endividamento Externo

O estudo dos programas de estabilização conjuntural e de transformação estrutural das economias deve ser feito num quadro histórico.

A maioria dos estudos realizados sobre a história da África pós-colonial revela as causas do atraso como: dívida externa crescente, o excessivo peso militar (com ditadura militar prolongada a interromper experiência democrática pós-independência e muitos golpes de estado entre os anos 60 e 80), violência política, regime autoritário, luta pelo poder, corrupção, crescimento demográfico, incapacidade do estado para cumprir obrigações e satisfazer as necessidades da população, alastramento da pobreza e da fome, compromete o desenvolvimento do País (Trindade, 2006).

O grave desequilíbrio das contas externas dos Países da África Subsaariana e dos Países em desenvolvimento da América Latina, choque petrolífero dos anos 70-80, baixa dos preços das matérias-primas não petrolífera exportadas por África contribuíram para o agravamento da dívida externa (Serra, 2004).

Esta deterioração e a queda da procura das matérias-primas no mercado internacional devido a crise económica que afetou os países industrializados, foi responsável pela quebra das receitas de exportação dos países acima citados. Como o resultado de todas estas influências assistiu-se um agravamento da dívida externa dos países da África Subsaariana e dos Países em desenvolvimento da América Latina (Serra, 2004).

Todavia, existem alguns fatores comuns à maioria dos países que justificam o aumento dos encargos da dívida:

- Fatores exógenos como más condições climáticas
- Falta de políticas sustentadas de ajustamento a situação criada, nomeadamente “choque de oferta”
- As políticas de financiamento e de refinanciamento seguido pelos credores em condições de mercado (sem elementos concessionais).

- A falta de uma política prudente de gestão da dívida externa por parte dos países devedores.
- Falta de cuidado na gestão da composição da dívida
- Fatores políticos tais como; guerra civil ou instabilidade política social.
- Alterações das taxas de câmbio entre as principais moedas também contribuíram para o aumento dos encargos com a dívida.
- O financiamento de investimento público também é uns dos fatores que contribuem para o agravamento da dívida em alguns países.

Os países com menor diversidades de exportações foram os mais atingidos; como o caso do Níger, o Uganda e a Zâmbia, que mais de 80% das receitas de exportação resultava comércio de apenas uma matéria-prima (Serra, 2004).

De referir que no Uganda, cerca de 99% das suas receitas de exportações provinha de café, mas que viu as suas receitas diminuírem quando a cotação do mercado internacional baixou consideravelmente e como consequência dificuldade em fazer face a dívida externa contraída.

No Níger, que 80% das receitas de exportação era de urânio, que depois do boom do seu preço, foi seguido da queda deixando o País com carga financeira externa insustentável.

Para contornar esta situação, os países recorreram ao apoio financeiro do FMI e dos outros membros da comunidade financeira internacional (Serra, 2004).

No caso de S. Tomé e Príncipe, entre 1988 e 1997 devido o crescimento da necessidade de financiamento de empreendimento nas infraestruturas económicas e sociais, o País foi contraindo avultadas dívidas (Torre, 2011).

Segundo Santos (2009) S. Tomé e Príncipe é um País essencialmente agrícola onde a produção de cacau tornou-se a base da economia no período pós-independência e representou 52% do total da divisa de exportação. Neste período a exportação de cacau representa 80% do total das exportações do País.

A agricultura é fonte de riqueza Santomense, e é dela que conseguimos colher produtos agrícolas com capacidade exportação e que garantem portanto a entrada de divisas para o País (Santos, 2008).

Contudo, a exportação de cacau caiu brutalmente no período pós-independência. Em 1975 S. Tomé exportava 6,3 milhares de toneladas, em 2000 baixou para 2,8 milhares de toneladas, 2006 diminuiu para 2,4 milhares de toneladas.

Esta diminuição como se viu anteriormente está relacionada com a quebra de produção dadas as condições de trabalho e má gestão do sector agrícola (Santos, 2009).

Em consequência da diminuição da produção de bens para exportação associada a baixa de preços de cacau dos mercados internacionais, induziu ao agravamento da crise económica resultando pois enormes dificuldades de tesouraria (Santo, 2008)

Segundo os dados de INE (2013), apesar desta diminuição de exportação de cacau, registou-se um crescimento do ano 2008 para 2009 de 1,1 milhares de toneladas para 4,8 milhares de toneladas.

Segundo Torres (2011) as razões do endividamento externo em S.Tomé e Príncipe podem-se estruturar nos seguintes aspetos:

- Alto nível de Investimento e baixo nível de poupança
- Alto nível do consumo
- Défice na balança de pagamento
- Financiamento de défice Orçamental do Estado
- Manter o saldo credor na conta do Tesouro num determinado nível estabelecido pelo Ministério Plano e Finanças
- Conceder empréstimo a governo locais e qualquer outra entidade para fins de projetos desde que aprovado pela Assembleia Nacional
- Refinanciar dívidas pendentes do Estado ou saldar um empréstimo antes da data da amortização
- Proteger ou eliminar os efeitos causados por um desastre natural ou ambiental

5.2 Relação entre Endividamento e Desenvolvimento

O endividamento continua a ser um dos principais travões do desenvolvimento sustentado a longo prazo nos países africanos (Roque, *et al*,2005)

Indicadores como taxa de mortalidade infantil, número de analfabetos, desemprego, nível do sistema de saúde, distribuição de rendas, sugerem indicadores económicos do desenvolvimento ligado ao Produto Nacional Bruto *per capita* bem como as exportações e as importações (Elmar Altvater, 1999).

No caso de S. Tomé e Príncipe, a forte dependência das exportações associadas ao financiamento externo, deixa o País altamente vulnerável a choques externos.

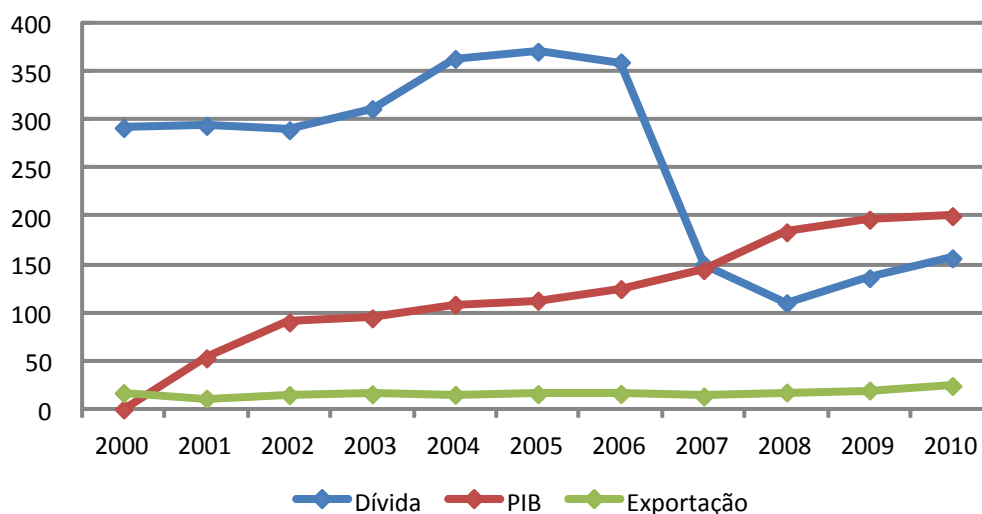
Na incerteza quanto as perspectivas de produção de petróleo em 2015, a ASD inclui um cenário alternativo não petrolífero, no qual os níveis da dívida ultrapassam o rácio da dívida/exportações ao longo do período (FMI,2011).

Segundo o FMI, para colocar o rácio dívida/PIB numa trajetória sustentável, seria necessário uma nova dose de ajustamento orçamental e um nível reduzido de endividamento externo, este ajustamento consiste na redução das despesas de investimento financiado pelo Tesouro (FMI, 2011).

Uma determinada região cuja economia não é capaz de se organizar para produzir os bens e serviços necessários para população de uma forma sustentável, pode-se considerar como economicamente subdesenvolvida. Este subdesenvolvimento expressa-se de duas maneiras: pode ser que a economia não produza suficientes produtos e serviços para satisfazer as necessidades da população; ou que se sim, os produza de forma suficiente mas com gastos de energia não sustentável, (Vaneckhaute, 2005).

Como caso de S.Tomé e Príncipe em que a dívida de EMAE para com a ENCO relativamente ao fornecimento de combustível ascendeu a 4,7% do PIB (FMI, 2011).

Gráfico 6 – Evolução da Dívida versus PIB e Exportações (Milhões de



Fonte: Banco Central de STP, 2013

No que se refere ao gráfico em causa, podemos observar a evolução da dívida/PIB e dívida/ Exportação. No período 2000 a 2010 houve um acentuado crescimento da dívida versus PIB e sobretudo nas exportações; apesar desta subida vertiginosa; a dívida em 2008 no montante de 110 milhões de dólares registou baixo face ao PIB no montante de 183,5 milhões de dólares o que se pode concluir que a dívida não originou desenvolvimento.

O mesmo não se passa com a capacidade das exportações que permanecem sempre a nível bastante inferior as dívidas o que nos leva a dizer que S.Tomé e Príncipe é incapaz de honrar os seus compromissos com exterior, dada a fraca capacidade produtiva.

5.3 Impacto do endividamento externo caso de S.Tomé e Príncipe

5.3.1 Nas Economias

Muitos países em via de desenvolvimento estão condenados à estagnação económica, independentemente das políticas económicas adotadas pelos seus governos, e isto devido a dois fatores que escapam ao seu controlo: as dívidas insustentáveis e a falta de empresários dos próprios países (Carvalho, 2003).

Com a crise energética dos anos setenta e o correlativo endividamento dos países africanos, as economias começaram a estagnar (Cardoso, 2008).

Para se promover o desenvolvimento sustentado e equitativo dos países mais pobres altamente endividados é essencial definir estratégias ligadas ao perdão e sustentabilidade da dívida, crescimento económicos e social e à expansão comercial (Roque F., *et al*, 2005).

O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial desencadearam em 1996, um programa de ação com vista à redução da dívida externa para nível sustentáveis condicionado ao cumprimento de políticas macroeconómicas, estruturais e sociais, supervisionadas pelas instituições de Bretton Woods.

A crise da dívida externa ensombra o projeto de empreendimento e impede novos fluxos estrangeiros. No que diz respeito a efeito da dívida externa, os mais imediatos se verifica no bloqueio ao crescimento e consequentemente no alastramento da pobreza (Garavello, 1997).

No caso de S.Tomé e Príncipe, embora os financiamentos adquiridos, devido a ineficiência na utilização dos recursos o País não conseguiu reunir as capacidades financeiras para honrar os seus compromissos.

O País perdeu a capacidade de honrar os seus compromissos internacionais em matéria de serviço da dívida externa por falta de liquidez quer seja pela incapacidade de gerar receitas correntes, quer seja pelo esgotamento das suas reservas internacionais o que provocou a acumulação das dívidas em atraso.

O País se viu perante um dilema de incapacidade para reembolsar a sua dívida externa e por outra, a necessidade de financiamento para sustentar o défice, logo a dívida tornou-se insustentável para o S.Tomé e Príncipe (Torres, 2011).

Segundo o FMI, os empréstimos concessionais, o Investimento Direto do estrangeiro e o bónus de assinatura do petróleo ajudaram a financiar um forte aumento do défice da conta corrente. Estes fluxos financiaram um incremento das importações de bens de consumo e de investimento.

Quadro 12 – Rácio da dívida/PIB (Milhões de dólares)

Indicadores	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Dívida	291, 6	293, 8	289, 2	311, 1	363, 0	370, 5	359, 5	150, 0	110, 0	136, 0	156, 5
PIB	0	52, 9	90, 2	94, 4	108, 5	112, 6	124, 6	144, 3	183, 5	196, 5	200, 2
Exportação	16, 9	11, 1	14, 8	15, 8	15, 1	15, 9	16, 1	13, 5	17, 5	19, 6	24, 3
Dívida/PIB	0%	555%	321%	330%	335%	329%	289%	104%	60%	69%	78%
Dívida/Exportações	1725%	2647%	1954%	1969%	2404%	2330%	2233%	1111%	629%	694%	644%

Fonte: Banco Central STP. 2013. cálculos efetuados

Tendo em conta os dados apresentados no quadro acima, podemos concluir que o endividamento não foi capaz de gerar riqueza nacional, uma vez que o peso da dívida versus PIB mantêm-se com valores elevados. O mesmo acontece com as dívidas/exportações.

De realçar que o rácio da Dívida/PIB ao longo dos anos 2000 a 2007 apesar da diminuição de 555% para 104%, ainda assim encontrasse a acima dos 100% o que revela necessidade de financiamento. Em 2001 a dívida Santomense representava 555% do PIB, em 2005 com nível de dívida mais alto no montante de 370,5 milhões de dólares representava 329% do PIB.

De exaltar que apesar do crescimento do PIB; em 2009 e 2010 este foi lento na ordem de 3,7 milhões de dólares dado impactos da crise mundial sobre os projetos de investimento com financiamento externo.

Relativamente ao rácio Dívida/ Exportação a situação revela-se insustentável pois, S. Tomé e Príncipe é um país essencialmente agrícola mas incapaz de produzir e exportar bens suficientes para cumprir com as obrigações exteriores.

Nota-se que em 2001 a dívida total Santomense atingiu um montante de 293,8 milhões de dólares e representa 2647% da exportação. Em 2005 a dívida aumentou para 370,5 milhões de dólares e representou 2330% das exportações. Com o perdão da dívida, em 2008 a dívida passou a representar 629% das exportações.

5.3.2 Na população

No final dos anos 1980 e início de 1990, um ambiente externo desfavorável, juntamente com o comportamento irresponsável dos credores e devedores do governo, deixou os cidadãos de muitos países em desenvolvimento com elevado nível de endividamento.

Nos anos 80, a crise da dívida nos Países em desenvolvimento começou a manifestar com consequências negativas como, efeito do choque petrolífero, aumento da taxa de juro, queda dos preços dos produtos no mercado internacional (Macuane, 2005).

Segundo Macuane (2005), no caso de África, esta crise tomou contornos mais críticos com rácio da dívida/PIB de 51% em 1982 para 100% em 1992. O PIB per capita da África subsaariana era de 308 dólares enquanto a dívida externa era de 365 dólares *per capita*.

Em 2001, 41 dos países mais pobres do mundo e fortemente endividados, deviam cerca de 170 mil milhões de dólares a credores estrangeiros; enquanto 600 milhões de habitantes viviam com menos de um dólar por dia. Nove em cada dez destes países não conseguem honrar as dívidas dada a fraca capacidade produtiva e por conseguinte as baixas exportações (Roque *et al*, 2005).

No caso de S. Tomé e Príncipe, tem uma população de 166.000 habitantes e com uma esperança média de vida de 67 anos, cerca de 54% da população é pobre e 15% vive no limiar da pobreza extrema (Banco Mundial, 2010).

Apesar do alívio da dívida em 2007 e 2008 no âmbito da Iniciativa HIPC, a necessidade contínua de recursos financeiros externos para o financiamento do programa da redução da pobreza fez com que a dívida aumentasse a partir de 2009 até à presente data (Ministério Finanças STP, 2012).

A Ajuda recebida em S. Tomé e Príncipe, concentra-se nas ações relacionadas com dívida particularmente as infraestruturas, população, educação, e saúde.

A forte dependência de ajuda, associada ao desfasamento entre os desembolsos e compromissos, quer no que diz respeito a donativos quer a empréstimos concessionais para o financiamento dos projetos, dificulta o alcance dos objetivos definidos em termos de receitas com reflexo na falta de divisas.

S. Tomé e Príncipe recebe mais do dobro da Ajuda Pública Desenvolvimento da média da África Subsaariana e representa 223 dólares/habitante anual (IPAD, 2011).

Apesar de muitas medidas de implementação e de reformas que conduziu o país ao ponto de conclusão da Iniciativa HIPC em 2007, os parceiros caracterizam S. Tomé e Príncipe com Estado frágil dado o nível de pobreza e fraquezas do funcionamento das instituições. Estes factos fizeram com que o país perdesse a capacidade de endividar-se, passando a beneficiar de donativos que por si só não é capaz de

satisfazer as necessidades da população e o desenvolvimento (Gabinete Gestão Dívida, 2011).

5.3.3 Papel de gestão na dívida externa Santomense

A dívida externa Pública de S.Tomé e Príncipe é gerida pelo Banco Central de S.Tomé e Príncipe, através da unidade de cooperação da dívida externa. Embora a lei dê um mandato ao Ministério das Finanças para gerir a dívida externa a sua capacidade administrativa continua a ser limitada para o efeito (DRI, 2005).

Em termos de procedimentos, o Banco Central remete ao Ministério das Finanças no início da cada Mês um balanço de todos os vencimentos a vencer durante o Mês, assim como ordem para aprovação ministerial. Depois da aprovação; o Tesouro autoriza o Banco Central o pagamento efetivo (DRI,2005).

Em 1998, o Banco Central de STP utilizava um Sistema informatizado de Gestão da Dívida desenvolvido pela conferência das Nações Unidas sobre comércio e desenvolvimento. No entanto o sistema era deficiente.

Segundo o DRI (2005), em 1999 foi criado um comité de gestão da dívida bem como o seu grupo técnico (para tratar de assuntos técnicos da dívida) aprovado pelo conselho de ministro. Este comité tinha como objetivo coordenar as diferentes instituições que tratam de assuntos relacionados com dívida externa e seu impacto macroeconómico e era composto por:

- Ministro das Finanças
- Diretor das Finanças
- Governador do Banco Central
- Vice-Governador do Banco Central
- Diretor da Cooperação Internacional
- Departamento dos Estudos Económicos do Banco Central STP
- Chefes das unidades da dívida

No âmbito destas deficiências, foi instituído em 2004 o Gabinete da Dívida a fim de responder capazmente as exigências de questões e seguimentos dos processos relacionados com dívida pública (Gabinete de Gestão da Dívida, 2013a).

As competências atribuídas ao Gabinete de Gestão da Dívida são as seguintes:

- Registrar, centralizar, arquivar todos os atos, acordos e convenções relativos a dívida pública Interna e Externa, assinadas, entre o estado e o Banco Central de S.Tomé e Príncipe entre o Estado e organismos internacionais, entre Estado Santomense e outros Estados e privados
- Elaborar os processos inerentes aos contratos de empréstimos internos e externos
- Implementar e executar os procedimentos de pagamento da dívida pública externa
- Atualizar permanentemente o registo da dívida pública externa
- Elaborar o programa anual de pagamentos da dívida em conformidade com as convenções assinadas

Segundo Torres (2011), a gestão da dívida publica deve orientar-se por princípios de rigor e eficiência, assegurando a mobilização de financiamento solicitado por cada exercício orçamental com objetivo de:

- Minimizar custos diretos e indiretos numa perspetiva de longo prazo
- Garantir uma distribuição equitativa de custos pelos vários orçamentos anuais
- Não expor a risco excessivos
- Promover um equilibrado e eficiente funcionamento do mercado financeiro

Para melhor desempenho em matéria de gestão da dívida pública e supressão das lacunas existentes; adotou-se nos últimos anos um vasto programa de reforma no quadro de melhoria de gestão de Finanças Públicas. É no âmbito desta reforma que foi elaborada a proposta de Lei-quadro da dívida pública, submetida a aprovação na Assembleia Nacional que foi aprovada e entrou em vigor no dia 14 de Dezembro de 2012. (Gabinete de Gestão Dívida, 2013a).

Esta Lei n.º1/2013 permite regular os processos do endividamento público, garantindo as necessidades financeiras do Estado, satisfazendo respetivas obrigações do pagamento com a maior eficiência possível, maior prudência de política orçamental, determinando e garantindo a capacidade de pagamento do País em função do comportamento das principais variáveis macroeconómicas, respeitar as exigências do Banco Central de São Tomé e Príncipe na constituição ou aumento das reservas em moedas estrangeiras, bem como os objetivos da política monetária na emissão dos bilhetes e/ou obrigações do Tesouro e refinar as dívidas existentes (Gabinete de Gestão da Dívida, 2013b).

6. Medidas e programas globais patrocinados pelas instituições internacionais em S. Tomé e Príncipe

O problema da dívida dos países pobres tem sido um ónus na economia dos mesmos. Neste contexto serão abordados os procedimentos, objetivos, medidas a serem adotados pela comunidade internacional de forma a resolver problemas de pagamento da dívida, melhorar e aliviar as dívidas dos países pobres muito endividados.

Neste capítulo serão abordadas questões relacionadas com cumprimentos de objetivos ou metas proposta pelo FMI e Banco Mundial de forma a aliviar a carga da dívida que os Países pobres altamente endividados enfrentam.

6.1 Programa de Ajustamento Estrutural

O Programa de ajustamento estrutural é uma ferramenta de ação que foi concebida pelos países ocidentais para viabilizar a economia dos países mais carenciados. É constituída por um conjunto de planos e medidas aplicadas pelos países ocidentais aos países periféricos em particular à África Subsaariana Gabas (Santos,2008).

Em 1987, foi lançado oficialmente o primeiro programa de ajustamento estrutural com um montante de 17 milhões de dólares financiado pelo Banco Mundial (FMI,2005).

Como se viu, entre os anos 1987 a 1997, a situação económica e financeira de S. Tomé e Príncipe foi caracterizada por uma crise profunda. Diminuição da taxa de crescimento anual que era em média nesse período de 1,6%, renda *per capita* diminuiu de 350 USD para 300 USD (FMI, 2000).

Nessa altura, toda a economia de Santomense passou a estar condicionada pelo programa de ajustamento estrutural (Santos,2008).

Segundo Santos (2008) o programa de ajustamento estrutural tem sido adotado por fases, em função dos objetivos previamente fixados, contando com importante ajudas multilaterais e bilaterais.

A primeira fase decorreu entre o período de 1987 a 1989.

Entre 1990 a 1992, o PAE esteve quase suspenso devido às eleições legislativas. Durante este período das eleições, como as autoridades Santomense não estavam

a dar continuidade às medidas de reforma económicas restritivas planeadas, o BM e o FMI suspenderam as suas intervenções, o que estimulou o desequilíbrio, principalmente a nível orçamental e monetário. Outra situação que influenciou decisões do FMI e BM deve-se ao facto do governo Santomense ter contraído um empréstimo comercial no valor de 500.000 USD, para aquisição de casas pré-fabricadas que não faziam parte do plano da reforma.

A segunda fase do PAE decorreu entre o período 1993 e 1995, tendo como objetivo a estabilização da procura global e implementar reformas com vista no relançamento da oferta. Esta fase contemplava a reabilitação cultura de cacau, diversificação da agricultura, desenvolvimento das pescas, do turismo e outros sectores geradores de riqueza.

Outros aspectos que fizeram parte da intervenção do PAE ligava-se à privatização de empresas públicas, distribuição de terras a pequenos e médios agricultores locais, concessão de gestão privada a operadores estrangeiros e nacionais, liberalização comercial, câmbio flexível, reforma do sistema fiscal, financeiro e monetário da administração pública bem como gestão da dívida.

De um modo geral, os recursos obtidos para o financiamento do PAE eram destinados em parte para apoiar a balança de pagamentos, pois financiava as importações e a outra parte financiava o programa de investimento público (Santos, 2008).

Desde 1987 até setembro de 1995, foram contraídos empréstimos no valor de 233.939.903 USD, em que 50.354.904 USD financiou a balança de pagamento e restante para financiar o programa de investimento público.

Nesta segunda fase era esperada aumento dos impostos, contenção salarial, redução dos efetivos da função pública, supressão dos subsídios, cortes nas despesas correntes do Estado. Estas medidas de PAE teve efeito benéfico a nível fiscal, mas ficou muito abaixo do projetado, pois não gerou receita suficiente para reduzir o défice orçamental.

Consequentemente, o governo viu-se obrigado a recorrer cada vez mais a empréstimos externos de forma impedir o desequilíbrio financeiro aumentando assim as obrigações face aos credores internacionais (Santos, 2008).

Apesar da ajuda externa para o financiamento da balança de pagamento no âmbito do PAE, o desequilíbrio externo não foi controlado.

Uma das razões deve-se ao facto das importações terem sido direccionadas mais para o consumo em relação sector produtivo.

Esta situação induziu a que o sector produtivo não fosse capaz de gerar riqueza nem poupança, colocando o país numa situação dependência face ao exterior.

Segundo Santos (2008) os resultados obtidos no âmbito do PAE não foram animadores. A produção e exportação de bens continuaram a descer, a moeda nacional revelou-se fragilizada, taxa da inflação elevada e a dívida pública também continuou insustentável. Como resultado, a pobreza social aumentou, atingindo sectores como a educação, a saúde e tendo efeitos na quebra do poder de compra. Muitos foram os fatores que contribuíram para o mau desempenho do PAE em S. Tomé e Príncipe.

De acordo com os estudos do Ministério dos assuntos económicos e financeiros o fracasso do PAE deveu-se aos seguintes factos:

- Inadaptação das medidas executadas
- Fraca capacidade para assegurar a realização dos compromissos assumidos. Isto é, montantes de empréstimos contraídos há vários anos a serem investidos em projetos mas que não foram bem aplicados.
- Elevado custo social do PAE

Para o Banco Mundial e o FMI, a má gestão dos recursos e a excessiva lentidão na implementação das medidas justificou o insucesso do PAE.

Segundo Santos (2008) para as autoridades Santomenses outros fatores são apontados para o fracasso do PAE:

- Elevada percentagem de assistência técnica ligada aos projetos de investimentos, que muitas vezes ultrapassam 33% do custo total do capital investido.
- A insularidade exerce um efeito de maior custo com a presença desses técnicos em S. Tomé e Príncipe.
- Quota de participação do Estado Santomense para no financiamento dos projetos aprovados. De acordo com direção da planificação económica a imposição da taxa de 10% pelo BAD.
- Maus acordos celebrados com Banco Mundial e o FMI em relação a concessão de gestão privada das empresas agrícolas do Estado.
- Falta da experiência nas negociações de projetos.

- Custos dos donativos, alguns doadores deste tipo e ajuda exigem as autoridades Santomense contrapartidas como alojamento, alimentação, deslocação gratuita para os técnicos que os acompanham.

Pese embora o PAE não tivesse tido sucesso nas suas intervenções, ainda assim foram importantes para mudança estruturais para o País. Contribuiu para a transformação económicas e social, reforma do sistema financeiro, fiscal, monetário da administração pública bem como a desordem existente na administração pública.

6.2 HIPC- Iniciativa Países Pobres Altamente Endividados

Até ao final dos anos 80, um dos objetivos das instituições internacionais era a de ajudar os países em desenvolvimento a resolver o problema de pagamento da dívida através do adiamento temporário dos pagamentos do serviço da dívida.

Nesta altura os credores internacionais tinham entendido que muitos países enfrentavam uma situação de incapacidade do pagamento de serviço da dívida que eram necessários medidas mais drásticas. Tais medidas envolviam a redução do stock da dívida através da sua anulação. Foi assim que na década de 80 a 90, o Governo de Club de Paris da OCDE, introduziu mecanismos de anulação da dívida, incluindo os termos de Nápoles que foram sucessivamente anulando a carga das dívidas mais elevada (DRI,2007).

Como ficou claro que estas medidas tradicionais eram insuficientes para fazer face às obrigações financeiras neste contexto, a comunidade internacional introduziu em 1996, a Iniciativa para Redução da Dívida dos Países Pobres Muito Endividados (PPME), a sua versão reforçada em conhecida como PPME reforçada em 1999 e Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI) em 2005.

Segundo o FMI (2013), a Iniciativa HIPC tradicional foi lançada em 1996 pelo FMI e pelo Banco Mundial, com o objetivo de garantir que nenhum País pobre enfrenta um endividamento que não pode controlar. Desde então, a comunidade financeira internacional, tanto as organizações multilaterais e governos têm trabalhado no sentido de reduzir a níveis sustentáveis os encargos das dívidas dos países pobres mais endividados.

Segundo o DRI (2007) a Iniciativa HIPC tradicional tem como objetivo seguinte:

- Proporcionar aos países a oportunidade de obterem alívio da dívida multilateral

- Permitir aos PPME satisfazerem as suas obrigações atuais e futuras de serviço da dívida externa sem recursos a mais alívios e sem comprometer o crescimento
- Permitir aos PPME participar na avaliação das suas necessidades de alívio da dívida através de discussões durante a análise da sustentabilidade da dívida
- Pagamentos da dívida de forma equitativa entre todos os credores (multilaterais, bilaterais) pois os credores têm de fornecer alívio proporcional a sua parcela de valor atualizado

Sendo a iniciativa HIPC original um processo lento, em Setembro de 1999 foi lançado Iniciativa HIPC “reforçada” para fornecer alívio de uma forma mais profunda, mais rápida e mais ampla, ligada a redução da pobreza. Esta Iniciativa reforçada de PPME tinha como objetivo lidar de forma abrangente com a carga da dívida externa (DRI, 2007).

Nessa altura 41 países foram classificados pelas instituições de Bretton Woods como sendo elegíveis para o alívio PPME (DRI,2007).

Os critérios para elegibilidade consistiam no seguinte:

- O PIB *per capita* tão baixo que os países apenas podiam endividar a partir do crédito barato da IDA do grupo de Banco Mundial e da PRGF do FMI.
- Países com endividamento insustentável
- Estabelecer uma performance de desempenho ao abrigo de programa de ajustamento com FMI e o Banco Mundial
- Países com bom desempenho na gestão das políticas económicas e sociais

Quadro 13 – Lista de Países que se qualificaram como elegível para receber assistência Iniciativa HIPC em finais de Julho 2006

Países que atingiram o ponto de conclusão		
Benin	Honduras	Ruanda
Bolivia	Madagascar	Senegal
Burkina Faso	Mali	Tanzania
Camarões	Mauritania	Uganda
Etiopia	Moçambique	Zambia
Gana	Nicaragua	
Guayna	Niger	
Países interino		
Burundi	Gambia	São Tomé e Príncipe
Chad	Guinea	Serra Leoa
Republica de Congo	Guiné- Bissau	
Republica democratica de Congo	Malawi	
Países que atingiram o ponto de Decisão		
Republica Centro Africana	Haiti	Somalia
Comoros	Republica de Quirguistão	Sudão
Côte d'Ivoire	Liberia	Togo
Eritrea	Nepal	Somalia

Fonte: FMI, 2006

Depois destes países figurarem na lista dos PPME, os mesmos foram submetidos a ASD para poderem beneficiar do alívio PPME Reforçada que consiste no facto da carga da dívida ser ou não insustentável após a implementação dos mecanismos tradicionais do alívio (DRI, 2007).

Como resultado desta análise, reconheceu-se que países como Angola, Bangladesh, Quênia, Tonga, Vietname e Iémen tinham níveis de dívida sustentáveis após o alívio tradicional e por esta razão não beneficiaram de alívio PPME.

A Iniciativa PPME Reforçado obedece ao processo que consiste em duas fases e dois pontos-chave:

A primeira fase baseava-se na redução de 67% do valor atualizado da dívida no termos de Nápoles do Club de Paris. Durante este período, o DERP provisório também mereceu a aprovação do Concelho da FMI e do Banco Mundial. Esta fase está relacionada com o Ponto de Decisão. Este ponto de decisão determinava o

montante da dívida dos PPME necessários para alcançar a sustentabilidade e o país entrar na segunda fase.

Durante a segunda fase ou fase interina, o país recebe 90% dos termos da colónia do Club de Paris e de outros credores não-multilaterais bem como alívio interino de algumas instituições multilaterais. Faz parte desta fase o Ponto de Culminação. Este ponto de culminação ou decisão é o ponto em que se fornece maior parte do alívio necessários para alcançar o rácio da dívida sustentável dos credores bilaterais, comerciais e multilaterais (DRI, 2007).

6.2.1 Análise da sustentabilidade da dívida

No decorrer do tempo tem havido diferentes indicadores e limiares usados internacionalmente para avaliar a sustentabilidade da dívida dos países baixa renda. Antes da implementação da iniciativa PPME em 1996, a sustentabilidade da dívida era avaliada usando os rácios do stock da dívida para PNB e as exportações (DFI, 2009).

Com a introdução da Iniciativa PPME em 1996, bem como a sua versão reforçada em 1999, os indicadores usados para calcular a sustentabilidade da dívida passaram a ser os seguintes:

- Valor atualizado da dívida para exportação
- Valor atualizado da dívida para receitas orçamentais internas
- Serviço da dívida para exportação

Ao longo do tempo, as instituições de *Brettons Woods*, voltaram ao aspeto de como avaliar a sustentabilidade, indicadores e limites a serem usados para os países de baixa renda depois da Iniciativa dos PPME.

Foi assim que as instituições de *Brettons Woods* definiram indicadores e limites que estão a ser usados quer internacional, regional e nacional pelos países a fim de avaliar a sustentabilidade da dívida.

O quadro abaixo indica-nos os respetivos rácios.

Quadro 14- Indicadores de sustentabilidade de dívida PPME

Indicadores e limites PPME	
VA dívida/exportações	150%
VA dívida/receitas orçamentais	250%
Serviço da dívida/exportações	15%-20%

Fonte: DFI, 2009

Estes indicadores têm como objetivos avaliar a elegibilidade de um País para o alívio da dívida PPME e determinar o montante de alívio da dívida.

Considera-se que um país é elegível para o alívio PPME, se o rácio VA/exportações ou VA/receitas orçamentais excederem os limites indicados na tabela 1.

Nos últimos anos, as IBW têm estado a considerar a hipótese de como avaliar a sustentabilidade de forma mais ampla do que apenas no contexto da Iniciativa HIPC, de forma a dar orientações aos países de baixa renda sobre novos créditos (DFI, 2009).

Por esta razão, as IBW desenvolveram o quadro de sustentabilidade da dívida com objetivo de avaliar o risco de estrangulamentos da dívida de um país. Neste âmbito, as IBW ligaram os limiares da sustentabilidade da dívida à qualidade das políticas e instituições de um País. Isto é, quanto mais forte ou boas forem as políticas e instituições de um País, mais são capazes de suportar carga da dívida elevadas, sendo por isso menos provável de estarem sujeitos aos estrangulamentos da dívida do que os países com políticas débeis (DFI, 2009).

Daí que as IBW, classificaram os desempenhos de políticas e instituições de cada País como fortes, médios e fracos.

Quadro 15 – Indicadores e Limiares QSD para sustentabilidade da

Indicadores	Avaliação institucional e qualidade das políticas		
	Fraco	Médio	Forte
VA dívida/ PIB	30%	40%	50%
VA dívida/exportações	100%	150%	200%
VA dívida/receitas orçamentais	200%	250%	300%
Serviço da dívida/exportações	15%	20%	25%
Serviço da dívida/receitas orçamentais	25%	30%	35%

Fonte: DFI, 2009

Conforme o quadro anterior, calcula-se que os países com políticas e instituições fortes são capazes de suportar carga da dívida mais alta do que os países fracos. Consequentemente, os limiares aplicados aos países com forte política institucional são consideravelmente mais elevados do que aqueles com fraca política institucional.

6.3 Processo do perdão da dívida em S. Tomé e Príncipe

S.Tomé e Príncipe está classificado no grupo de países pobres, tendo em conta que o seu nível de endividamento se situa acima dos limites aceitáveis para que o País possa garantir a sua sustentabilidade.

É neste contexto, que o país foi reunindo esforços para melhorar os seus indicadores macroeconómicos, no que se refere a estabilização da taxa de câmbio, primar pela gestão macroeconómica são relacionado com o memorando de política económica e financeira apresentado ao FMI, onde estavam definidas conjunto de medidas políticas económicas e financeiras, reformas estruturais visando o bom funcionamento nomeadamente nas finanças públicas, sector fiscal, investimentos e guiché único incluindo também Programa Estratégico da Redução da Pobreza (Torres, 2011).

Como o desempenho da implementação das políticas macroeconómicas por parte das autoridades foi satisfatório, o país habilitou-se para negociar com os parceiros a sustentabilidade da sua dívida externa e qualificou-se para iniciativa HIPC em Dezembro de 2000.

Assim, os conselhos executivos do FMI e da IDA concordaram que o país é elegível para assistência ao abrigo da Iniciativa HIPC tendo em conta a sua carga da dívida

onerosa e insustentável, a sua posição como país elegível para beneficiar do financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento (DRI, 2005).

Depois de uma prolongada crise económica nos anos 90, o país foi submetido a várias reformas económicas a partir de 1999.

Na sequência destes procedimentos que S.Tomé e Príncipe alcançou o Ponto de Decisão HIPC em Dezembro de 2000 e o Ponto de Conclusão em Março de 2007. Nessa altura o FMI e IDA acordaram prestar alívio da dívida no montante de 314 milhões de USD, ao abrigo da Iniciativa HIPC (BM, 2010)

Razões impulsionadoras do Ponto de Conclusão em STP

Existem várias razões, sendo de destacar os seguintes aspectos:

- Documento estratégico para redução da pobreza implementado de forma satisfatória
- Medidas macroeconómicas como diminuição da inflação, aumento do PIB, contenção do défice externo da conta corrente, aumento de rendimento *per capita* através de política fiscal prudente, política monetária adequada e reformas estruturais capaz de promover o desenvolvimento do sector privado
- Governação e gestão das despesas públicas
- Sector social (DRI,2005)

6.3.1 Montante do alívio no âmbito da Iniciativa HIPC para S.Tomé e Príncipe

Segundo o DRI (2001), o desempenho macro económico conduziu S.Tomé e Príncipe ao Ponto de Decisão em Dezembro de 2000 onde foi anunciado um alívio por parte dos credores multilaterais e bilaterais.

Cálculo de alívio da dívida Santomense

VA – Valor Atualizado

Exp – Exportações

R – Rácio VA sobre exportações

RO – Receitas orçamentais

AVA – Alívio do VA

AT – Alívio Total

VA=118 milhões de USD

Exp= 16,5 milhões de USD

RO = 9,1 milhões de USD

1º Rácio VA dívida sobre exportações

$$R = \frac{VA}{EXP} = \frac{118}{16,5} = 715\%$$

$$AVA = \frac{715\% - 150\%}{715\%} = 79\%$$

Pelos cálculos podemos apurar que o rácio do VA da dívida por exportações apresenta um peso de 715%. Necessariamente para atingir ao nível sustentável de 150% seria necessário um alívio de 79%

$$\text{Alívio Total} = VA * AVA$$

$$\text{Alívio Total} = 118 * 79\% = 93,2 \text{ milhões de USD}$$

Do alívio total de 93,2 milhões de USD 64,8 milhões correspondem aos credores multilaterais e 28,4 milhões de correspondem aos credores bilaterais.

Quadro 16 – Repartição de alívio por credores – VA/Exp

Credores	Participação Percentual	Montante de alívio em Milhões de USD
Multilaterais	69, 5%	64, 8
IDA	35%	22, 9
FAD	50%	32, 9
FIDA	4%	2, 4
BADEA	7%	4, 7
OPEP	2%	1, 6
BEI	1%	0, 8
Bilateral	30, 5%	28, 4

Fonte: DRI, 2001

Tendo em conta o quadro acima indicado, podemos verificar que o alívio da dívida multilateral apresenta um peso maioritário de 69,5% face às bilaterais com um peso de 30,5%. Dentro das multilaterais, a maior percentagem é atribuída a FAD com uma percentagem de 50% e o IDA com uma percentagem de 35%.,

2º Rácio do VA por Receitas Orçamentais

$$R = \frac{VA}{RO} = \frac{118}{9,1} = 1296\%$$

$$AVA = \frac{1296\% - 250\%}{1296\%} = 81\%$$

O rácio do VA da dívida por receitas orçamentais apresenta um peso de 1296%, seriam necessário um alívio de 81% para atingir nível sustentável de 250%.

$$\text{Alívio Total} = VA \cdot AVA$$

$$\text{Alívio Total} = 118 \cdot 81\% = 96 \text{ milhões de USD}$$

Do total de 96 milhões de dólares, 67,4 milhões de USD correspondem ao alívio dos credores multilaterais e 28,5 correspondem aos credores bilaterais.

Quadro 17 – Repartição do alívio por credores - VA/RO

Credores	Participação Percentual	Montante de alívio em milhões de USD
Multilaterais	70%	67, 4
IDA	25%	23, 6
FAD	36%	34, 1
FIDA	3%	2, 8
BADEA	5%	4, 6
OPEP	2%	1, 5
BEI	1%	0, 8
Bilateral	30%	28, 5

Fonte: DRI, 2005

O quadro acima refere-se à repartição do alívio por credores, tendo em conta o rácio do VA por receitas orçamentais. No âmbito da iniciativa HIPC o país beneficiou de uma redução de 70% da dívida externa. O maior montante foi concedido aos credores multilaterais no valor de 67,4 milhões de dólares e as bilaterais no montante de 28,5 milhões de dólares.

Principais pressupostos para análise da sustentabilidade da dívida em S. Tomé e Príncipe:

➤ **Crescimento económico**

O crescimento do PIB real, impulsionado pela expansão da agricultura, da construção e turismo.

➤ **Política fiscal e monetária**

Desenvolver uma política fiscal prudente capaz de apoiar receitas orçamentais, reduzir a taxa da inflação.

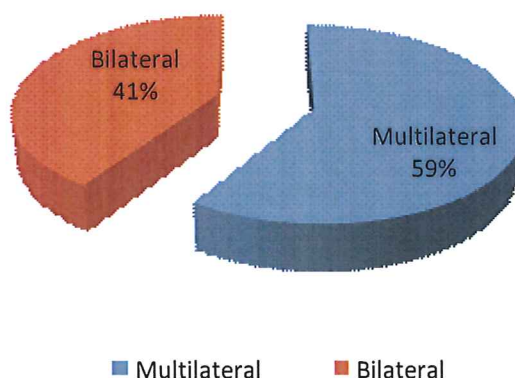
➤ **Balança de pagamento**

Permite avaliar o volume de exportações, importações, défice das contas corrente e dos donativos.

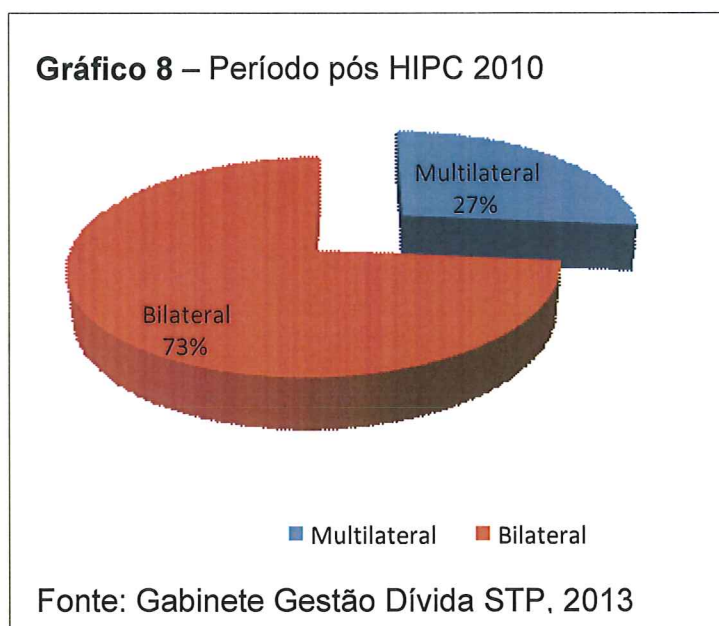
6.3.2 Estrutura do stock da dívida externa Santomense “antes e depois da Iniciativa HIPC”

A Iniciativa HIPC permite alcançar o alívio da dívida dos credores multilaterais e bilaterais. É no ponto de conclusão que o País beneficiou do maior alívio, isto é 90% da redução do stock da dívida. Nesta fase, a estrutura da dívida foi alterada entre credores multilaterais e bilaterais.

Gráfico 7 – Período antes do HIPC 2007



Fonte: Gabinete Gestão Dívida STP, 2013



Conforme os gráficos comparativos acima referenciados, podemos concluir que o período antes do HIPC, (2000-2007), a dívida Santomense era maioritariamente multilateral com peso de 59%. A situação inverte-se no período pós HIPC (2007-2010), pois as dívidas bilaterais passaram a ter maior peso de 73% fase as multilaterais com um peso de 27%. Depois do ponto de conclusão o País deixou de contrair dívidas multilaterais e passou a financiar os seus programas de investimento recorrendo ao financiamento dos Países vizinhos.

6.3.3 MDRI – Iniciativa de alívio da dívida multilateral

A MDRI surgiu em junho de 2005 com objetivo de fornecer o aliviar 100% das dívidas dos países que tenham atingido ponto de conclusão HIPC no âmbito das três instituições multilaterais (FMI, BM, FAD) a um grupo de países de baixa renda e fornecer recursos adicionais para ajudar a alcançar os objetivos de desenvolvimento do milénio. (FMI, 2013a).

A Iniciativa HIPC implica a redução a níveis sustentáveis os encargos da dívida externa dos países pobres altamente endividados. A MDRI vai mais longe uma vez que proporciona alívio total da dívida para libertar recursos adicionais para ajudar os países pobres a alcançar os Objetivos Desenvolvimento do Milénio (FMI, 2013a).

Para os países se qualificarem para o alívio da dívida no âmbito da MDRI era necessário o seguinte:

- Terem atingido o ponto de conclusão da Iniciativa HIPC
- Renda *per capita* abaixo de 380 USD
- Demonstrar um bom desempenho na política macroeconómica
- Implementação do documento estratégico da redução da pobreza
- Boa governação/ gestão da despesa pública

O custo total do alívio da dívida MDRI foi estimado em cerca de 3,4 bilhões de dólares (FMI, 2013).

No caso de S.Tomé e Príncipe, o BM e o FMI concordaram que o país teve progresso para alcançar o ponto de conclusão da Iniciativa HIPC reforçada, pois foi o 22º país a atingir ponto de conclusão da Iniciativa tendo beneficiado da assistência HIPC reforçado no montante de 25 milhões de USD pelas instituições multilaterais (FMI, 2007).

Para atingir o ponto de conclusão, S.Tomé e Príncipe reuniu esforços no sentido de cumprir as metas impostas pelas IBW, que visam manter a estabilidade macroeconómica, assegurando o compromisso com a estratégia nacional de pobreza, fortalecimento da gestão da despesa pública, elevando a qualidade do ensino, melhorar os resultados de saúde e de combate a malária. Também foram tomadas medidas para combater a corrupção através da reforma do sector judicial e administrativos (FMI, 2007).

Ao alcançar o ponto de conclusão HIPC, S.Tomé e Príncipe tornou-se também elegível para o alívio da dívida da IDA, FMI e FAD no âmbito da Iniciativa MDRI. Como resultado o país recebeu o alívio no montante de 314 milhões de dólares no âmbito da Iniciativa HIPC e MDRI (FMI, 2007).

6.3.4 Impacto da assistência da Iniciativa HIPC em S.Tomé e Príncipe

A assistência da HIPC teve um importante impacto no desenvolvimento santomense na medida em que liberta fundos que tem sido utilizado para serviço da dívida e apoio no processo da redução da pobreza (FMI, 2007).

Segundo DRI (2005) as assistências eram entregues da seguinte forma:

- Os credores de Club de Paris entregaram assistência em 90% da redução da dívida

- O IDA entregou uma assistência de 24 milhões de USD do VAL equivalente a uma poupança de 46 milhões de dólares do serviço da dívida
- BAD entregou 34 milhões em assistência do VAL
- FIDA entregou um alívio de 7 milhões de serviços da dívida

As poupanças do serviço da dívida da assistência ao abrigo da Iniciativa HIPC serão usadas para superar obstáculos estruturais ao desenvolvimento social em S.Tomé e Príncipe nomeadamente:

- Sector da Educação; reabilitação e construção das escolas garantir a manutenção e formação dos professores (com assistência de 2,6 milhões de USD)
- Sector de Saúde; construção, reabilitação e manutenção das instalações de saúde, luta contra paludismo, fornecimento de medicamentos, melhora os serviços das instalações regionais (com assistência de 1,7 milhões de USD)
- Infraestrutura; reabilitação e manutenção de estradas urbanas e rurais bem como abastecimento de água (com assistência de 1,7 milhões de USD)
- Gestão económica; fortalecimento da capacidade em análise, preparação e monitorização de projetos nos Ministérios de Plano e Finanças, Ministério de Saúde e Educação
- Governação; reforma judicial

O impacto da assistência da Iniciativa HIPC induziu a uma diminuição do rácio do VAL da dívida para exportação, o rácio de serviço da dívida baixo de 24 % em 1999 para uma média de 6% em 2001. Prevê-se que a poupança de alívio durante os próximos 20 anos totaliza 131 milhões de dólares (DRI, 2005).

6.4 Risco de sobre-endividamento em S. Tomé e Príncipe

A dívida pública continua sendo um dos meios de financiamento importante, daí que, após o ponto de conclusão o país viu-se aliviado do fardo da dívida. Contudo, tendo em conta a fraca capacidade de recursos internos para satisfazer as suas necessidades financeiras bem como despesas públicas no âmbito da redução da pobreza o país foi contraindo novas dívidas com os países amigos e por isso mesmo, S. Tomé voltou a conhecer uma tendência crescente da dívida bilateral (Torres, 2011).

O gráfico 7 e o gráfico 8 vêm confirmar este facto. Tanto é que em 2006 o período antes do HIPC a carga da dívida era de 359,5 milhões de dólares em grande percentagem as multilaterais, mas depois deste período as dívidas passaram a ser maioritariamente bilateral que são mais caras e sujeitas a taxa do mercado.

A assistência no âmbito das iniciativas HIPC e MDRI reduziu consideravelmente a carga da dívida externa do país. Tendo em conta a base de exportação limitada e forte dependência e do financiamento externo, o país fica vulnerável a choque externos (FMI,2011).

Dadas as incertezas no que se refere à produção do petróleo, a ASD inclui um cenário não petrolífero, no qual os níveis da dívida ultrapassam os limites do rácio VAL da dívida/ exportação. Para colocar o rácio dívida/PIB ao nível sustentável seriam necessários novos ajustamentos orçamental como redução das despesas financiadas pelo tesouro, e reduzir o nível de endividamento externo (FMI,2011).

7. Conclusões e recomendações

7.1 Conclusões

S.Tomé e Príncipe tem reunido esforços no sentido de resolver as questões relacionadas com o nível crescente do endividamento externo.

Nesta dissertação concluiu-se que o aumento do endividamento externo está relacionado com fatores exógenos, dependência de produção e exportação dos produtos agrícola, má gestão da dívida, guerra civil e instabilidade política.

No caso de S.Tomé e Príncipe, a má gestão dos financiamentos obtidos, a forte dependência da produção e comercialização da monocultura de cacau, os choques externos provocaram o desequilíbrio na balança de pagamento.

S.Tomé e Príncipe foi durante muito tempo o maior exportador mundial de cacau. Depois da independência com a queda do preço de cacau, a crise agrária, a recusa dos forros em aderirem ao trabalho rural, os trabalhadores privados de melhores condições de trabalho que antes eram colocadas à sua disposição, induziu a uma diminuição da produção para exportação afetando assim o saldo da balança comercial.

Além disso, têm sido vários os fatores que conduziram ao aumento da dívida Santomense como uma contração dos empréstimos para o financiamento do orçamento de estado. Recorde-se que em 2011 o orçamento foi financiado 80% pelo exterior. Além disso, encontramos a fraca capacidade produtiva, o baixo nível de poupança bem recorrer ao financiamento para sanar as dívidas pendentes.

Daí que o stock da dívida do período em análise foi aumentando atingindo o nível mais elevado no montante de 370,5 milhões de dólares em 2005, o que não acontece com o PIB. O rácio da dívida/PIB é extremamente elevado, em 2001 foi de 555%, em 2002 baixou para 321% mas voltou a subir em 2003 para 330% e em 2004 para 335%, pois o que podemos concluir que a dívida não gerou riqueza. De realçar que, o rácio da dívida/exportação também apresenta valores exorbitantes em detrimento das exportações, isto mostra claramente que o País é dependente do exterior. Com o perdão o cenário melhorou.

Neste trabalho também se concluiu que em termos macroeconómicos, a economia santomense é dominada pelo sector agrário, nomeadamente a exportação de cacau.

Todavia, ela não produz receitas suficientes para responder às despesas orçamentais. O saldo da conta corrente tornou-se claramente deficitário, pois o país importa muito mais do que exporta, sobretudo bens alimentares e de investimento. Nem o perdão da dívida perspectivou melhorias.

Perante as muitas dificuldades, foi criado em 2004 o gabinete da dívida com o objetivo de registar, arquivar todos os processos inerentes com os contratos de empréstimos. Contudo, o perfil da dívida não apresenta melhorias excepto na fase em que foi concedido o perdão da dívida. Para S. Tomé e Príncipe poder beneficiar do perdão da dívida, teve de ser submetido as medidas estabelecidas por FMI E BM. Nesta altura foi lançado o PAE com o objetivo de viabilizar a economia. O programa de ajustamento estrutural foi adotado por fases em função de objetivo previamente fixado. Apesar do fracasso, podemos concluir que teve a sua importância na medida em que contribuiu mesmo assim para a transformação económica e social, bem como para a reforma do sistema financeiro, administrativo e fiscal.

A Iniciativa HIPC, teve um papel preponderante pois o País beneficiou de 70% da redução da dívida bem como benefícios de assistência para programas sociais e de investimentos. Contudo, as dívidas bilaterais (mais caras) começaram a crescer, uma vez que S. Tomé e Príncipe ficou privado de contrair empréstimos multilaterais.

7.2 Recomendações e linhas de investigação futura

Apesar das medidas de PAE aplicadas para viabilizar a economia Santomense, os resultados não foram os mais desejados. A dívida pública continua insustentável, a produção para exportação diminuiu, a moeda fragilizou-se, a taxa de inflação manteve-se elevada. Como consequência o governo viu-se obrigado a recorrer cada vez mais ao empréstimos externos para conter o desequilíbrio financeiro.

É nesta perspectiva que se recomenda o seguinte:

- Reforçar a gestão da dívida a fim de reduzir vulnerabilidade externa
- Cumprir com os regulamentos definidos na lei quadro da dívida pública
- Promover a agricultura, pesca, turismo uma vez que se trata de setores de base económico de STP.
- Diversificação da produção agrícola bem como estimular incentivo aos pequenos agricultores de forma aumentar produção de exportação

- Criar indústrias transformadoras de produtos, como por exemplo pesca e secagem de peixe destinado à exportação.
- Sendo as receitas orçamentais insuficientes para suprir as despesas, o melhor será recorrer aos donativos para financiar projectos de investimentos ou recorrer aos empréstimos em condições concessionais.
- Diminuir os custos da assistência técnica.
- Reforçar a capacitação de quadros bem como a devida colocação de forma a desempenhar as tarefas com eficiência e responsabilidade.
- Disponibilização de informações para pesquisa ao público

Neste contexto, sugere-se que se analise o papel da dívida nos grupos mais vulneráveis da população e a forma como ele afeta os mesmos. Também seria importante perceber em termos estruturais se a economia se tem vindo a ajustar de forma própria para enfrentar os novos desafios

Bibliografia

- ❖ Abel, L. (2010). *A Economia das Finanças Públicas*. Portugal.
- ❖ Banco Central de S.Tomé e Príncipe. (2013). *Balança de Pagamento*. STP.
- ❖ Carvalho, R. (2003). *Compreender a África – Teorias e Práticas de Gestão*
- ❖ Caixa Geral Depósito, (2006). *São Tomé e Príncipe, Mediateca, 1ª Edição*. Lisboa
- ❖ DRI. (2001). *Seminário Regional PALOP Sobre a Estratégia de Negociações da Dívida*. Workshop. Lisboa.
- ❖ DRI. (2005). *Seminário Sobre a Estratégia de Dívida e o Novo Financiamento em São Tomé e Príncipe Seminário*. S.Tomé e Príncipe
- ❖ DRI. (2007). *Negociando a Redução da Dívida Durante e Após a Iniciativa PPME*. Publicação nº 11. AM Freelance Creative Services, Brighton. Londres
- ❖ Domingos, P. (1992). *Finanças Públicas*. Lisboa
- ❖ Gabinete de Gestão da Dívida. (2013a). *Relatório Anual Sobre a Gestão da Dívida Pública em 2012*.STP.
- ❖ Gabinete de Gestão da Dívida. (2013b). *Lei-Quadro da Dívida Pública. Lei n.º1/2013*. STP
- ❖ Gabinete de Gestão da Dívida. (2011). *Relatório Anual Sobre a Gestão da Dívida Pública*. STP.
- ❖ Gueye, C. e Johnson, A. (2007). *Negociando a Redução da Dívida durante e Após a Iniciativa PPME*. Publicação nº 11. Londres
- ❖ INE - Instituto Nacional de Estatística S.Tomé e Príncipe. (2013)
- ❖ Roque, F., Gameiro, A., Proença, F., Fadul, F., Pinto, J., Neves, O., (2005). *O Desenvolvimento do Continente Africano na Era da Mundialização*, Editora Almedina SA. Lisboa
- ❖ Santos, A. (2008). *Economia de S.Tomé e Príncipe: entre o regime do partido único e o multipartidarismo*. Editor Fernando Ferro. Lisboa
- ❖ Santos, A. (2009). *S.Tomé e Príncipe: Problemas e Perspetivas para o seu Desenvolvimento*. Editor Fernando Ferro. Lisboa
- ❖ Trindade, A. (2006). *Desenvolvimento Económico Integração Regional E Ajuda Externa em África*. Lisboa

- ❖ Torres, M. (2011). A dívida, sua Gestão e a Sustentabilidade Financeira. Seminário da ASFAC (Gabinete da Dívida), S.Tomé e Príncipe.

Net grafia

- ❖ ADB, (1996). *African Development Bank: Proposal on Bank Group Contributions to the Debt Initiative for Heavily Indebted Poor Countries (HIPC)s*. Disponível em, <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Financial-Information/ADB-BD-WP-96-168-EN-ESPS-003681783.PDF>
- ❖ Banco de Portugal. (2001). *Evolução das Economias dos Palop e de Timor-Leste*. Disponível em, http://www.bportugal.pt/pt-PT/Publicacoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/89_EEP_2001.pdf
- ❖ Banco de Portugal. (2003). *Evolução das Economias dos Palop e de Timor-Leste*. Disponível em, http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/87_EEP_2003.pdf
- ❖ Banco de Portugal. (2005). *Evolução das Economias dos Palop e de Timor-Leste*. Disponível em, http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/cooperacao/Publicacoes/85_EEPTL_2005.pdf
- ❖ Banco de Portugal. (2007). *Evolução das Economias dos Palop e de Timor-Leste*. Disponível em, http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/83_EEPTL_2007.pdf
- ❖ Banco de Portugal. (2009). *Evolução das Economias dos Palop e de Timor-Leste*. Disponível em, http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/00_EEPTL_2009.pdf
- ❖ Banco Mundial. (2010). *São Tomé e Príncipe: Perfil do Pais. Panorama Económico*. Disponível em, <http://go.worldbank.org/D3IJ9XEHS0>

- ❖ Cardoso, F. (2008). *Estudos Realizado pelo IEEI, África: O regresso das matérias-primas. Publicação, O Mundo em Português nº81*. Disponível em, <http://www.ieei.pt/publicações/artigo.php?artigo=66>
- ❖ DFI. (2009). Sustentabilidade da Dívida – Análise e Pesquisa. Disponível em, www.development-finance.org/pt/topicos/estrategia-da-divida/sustentabilidade-da-divida/quadro-de-sustentabilidade-da-divida-pbr-e-prm/analise-e-pesquisa.html?q=debt+sustainability+indicators
- ❖ Elmar Altvater, (1999). *Brasil e Canada: O desenvolvimento se realiza no espaço global, mas de modo extremamente descontínuo e não simultâneo entre as nações e regiões do mundo*. Disponível em, <http://www.Eps.ufsc.br/teses99/milioli/cap4.html>
- ❖ FMI (2000). *Interim Poverty Reduction Strategy Paper 2000-02*. Elaborado pelo São Tomé e Príncipe Autoridades 06 de Abril de 2000. Disponível em, www.imf.org/external/NP/prsp/2000/stp/01/INDEX.HTM
- ❖ FMI (2005). *National Poverty Reduction Strategy*. São Tomé and Príncipe. Disponível em, www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2005/cr05332.pdf
- ❖ FMI (2006). International Development Association and International Monetary Fund: *Heavily Indebted Poor Countries (HIPC) Initiative and Multilateral Debt Relief Initiative (MDRI) – Status of Implementation*. Disponível em, <http://www.imf.org/external/np/pp/eng/2006/082106.pdf>
- ❖ FMI (2007). *Banco Mundial e o FMI Apoio São Tomé e Príncipe e Ponto de Conclusão no âmbito da Iniciativa HIPC reforçada e Aprovar da dívida ao abrigo da Iniciativa Multilateral de Alívio da dívida*. Disponível, <http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2007/pr0752.htm>
- ❖ FMI (2011). *Relatório do Corpo Técnico Sobre as Consultas de 2011 ao Abrigo do Artigo IV*. República Democrática de São Tomé Príncipe. Disponível em, www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/2012/cr12cr34p.pdf
- ❖ FMI (2012). Ficha Técnica: *A Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI)*. Disponível em, www.imf.org/external/np/exr/facts/mdri.htm
- ❖ FMI (2013). Ficha Técnica: *Alívio da Dívida Sob os Países Altamente Endividados (HIPC)*. Disponível em, <http://www.imf.org/external/np/exr/facts/hipc.htm>

- ❖ FMI (2013^a). Ficha Técnica: A Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral. Disponível em, <http://www.imf.org/external/np/exr/facts/mdri.htm>
- ❖ Garavello, O. (1997). *Além-mar: A dívida Externa na África Subsariana*. Disponível em, <http://www.alem-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EEuuEuylkpNGcajHZK>
- ❖ Hendrik Vaneeckhaute, (2005). *Mundo: Países em vias de subdesenvolvimento*. Disponível em, <http://hendrik.pangea.org/imagenes/Pa%EDses%20em%20vias%20de%20subdesenvolvimento.htm>
http://hdr.undp.org/en/media/hdr05_po_chapter_51.pdf
- ❖ IDS (2003). *Africa's External Debt: An Analysis of African Countries External Debt crisis 2003*. Disponível em, <http://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/123456789/1688/AFRODAD-248538.pdf?sequence=1>
- ❖ IPAD. (2011). *Avaliação do programa indicativo de cooperação Portugal-São Tomé e Príncipe*. Disponível em, www.oecd.org/derec/49817353.pdf
- ❖ Ladd P. (2009). *International Policy Centre for Inclusive Growth: A crise da Dívida em 2015*. Disponível em, <http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager84.pdf>
- ❖ Macuane, J. (2005). *Os Paradoxos do Desenvolvimento á La Carte*. Disponível em, <http://www.codesria.org/IMG/pdf/macuane.pdf>
- ❖ Ministério Finanças. (2012). *Segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 2012-2016. República Democrática de São Tomé e Príncipe*. Disponível em: www.min-financas.st/pdf/enrp_2012_2016_final.pdf
- ❖ Serra, A. (1998). *Políticas Económicas de Desenvolvimento*. Disponível em, <http://www.iseg.utl.pt/disciplinas/mestrados/dci/glossario.html#cpoint>
- ❖ Serra, A. (1999). *Política Económica de Desenvolvimento: A "iniciativa" relativa à Dívida dos Países Pobres Fortemente Endividados*, consultado em 12/Jun./2012. Disponível em, http://www.iseg.utl.pt/disciplinas/mestrados/dci/bm_hipc.htm
- ❖ Serra, A. (2004). *Capítulo 6 - O problema da dívida externa: origem, evolução e busca de uma solução*. Acedido em 15-05-2013, disponível em: www.iseg.utl.pt/disciplinas/mestrado/dci/dcipedcap6.htm

- ❖ UNDP (2005). *Relatório desenvolvimento humano: Conflito violento-pôr em evidência a verdadeira ameaça. Cap.5* Consultado em 09 de Maio 2012. Disponível em,